



Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e um minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS) e Joel Alexandre Neves Marques (PS).

O senhor Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do senhor Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

O senhor Vereador Paulo José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 a 7.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

Ordem de Trabalhos

A) Período de Antes da Ordem do Dia

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

B) Período da Ordem do Dia

- 1. Deliberação n.º 522/2024 – Proposta n.º 38/2024 – GAP – CP 23/2024/DOM – Empreitada de “Construção do Campo Júlio Tavares - Praiense” - Decisão de extinção do procedimento de Contratação Pública - Ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 10/09/2024**
- 2. Deliberação n.º 523/2024 – Proposta n.º 39/2024 – GAP – Moção - Defender a Autonomia do Poder Local, rejeitar a imposição de tarifas pela ERSAR**
- 3. Deliberação n.º 524/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DMAGPE – Regulamento de Exploração de Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Setúbal**
- 4. Deliberação n.º 525/2024 – Proposta n.º 104/2024 – DAF/DICONT – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 6.ª Alteração ao Orçamento**

- da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimento
5. Deliberação n.º 526/2024 – Proposta n.º 105/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Lati – Liga dos Amigos da Terceira Idade – Rua dos Salgueiros, 2I, 2J e 2K
 6. Deliberação n.º 527/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DASU/GAGIP – Isenção de Taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP
 7. Deliberação n.º 528/2024 – Proposta n.º 108/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação - Realização em Setúbal da Taça do Mundo de Águas Abertas
 8. Deliberação n.º 529/2024 – Proposta n.º 109/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro – Participação no Campeonato do Mundo de Veteranos de Xadrez
 9. Deliberação n.º 530/2024 – Proposta n.º 169/2024 – DURB – Abertura do procedimento de alteração ao Regulamento de Edificação e Urbanização do Município de Setúbal
 10. Deliberação n.º 531/2024 – Proposta n.º 170/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas relativas a obras de ampliação e legalização de obras de alteração – Proc. n.º 415/97
 11. Deliberação n.º 532/2024 – Proposta n.º 171/2024 – DURB/DIPU – Aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal após ratificação e realização da Conferência Decisória da Reserva Ecológica Nacional do Município de Setúbal - Proc. n.º 1009C/17
 12. Deliberação n.º 533/2024 – Proposta n.º 172/2024 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura - Proc. n.º 129/23
 13. Deliberação n.º 534/2024 – Proposta n.º 173/2024 – DURB/DIGU – Alterações às Especificações do Alvará de Loteamento n.º 10/1984 - Proc. n.º 336/82
 14. Deliberação n.º 535/2024 – Proposta n.º 174/2024 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações à Planta Síntese do Alvará de Loteamento - Proc. n.º 1108/19
 15. Deliberação n.º 536/2024 – Proposta n.º 175/2024 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia para loteamento habitacional - Proc. n.º 2/24
 16. Deliberação n.º 537/2024 – Proposta n.º 176/2024 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de operação urbanística com impacte relevante - Proc. n.º 41/22
 17. Deliberação n.º 538/2024 – Proposta n.º 177/2024 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a possibilidade de realização de operação de loteamento - Proc. n.º 49/22
 18. Deliberação n.º 539/2024 – Proposta n.º 178/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura - Proc. n.º 54/23
 19. Deliberação n.º 540/2024 – Proposta n.º 179/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de Alteração e Ampliação - Proc. n.º 29/23
 20. Deliberação n.º 541/2024 – Proposta n.º 180/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de Alteração e Ampliação - Proc. n.º 35/24
 21. Deliberação n.º 542/2024 – Proposta n.º 181/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de edifício habitacional - Proc. n.º 115/23
 22. Deliberação n.º 543/2024 – Proposta n.º 182/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de edifício habitacional - Proc. n.º 342/21
 23. Deliberação n.º 544/2024 – Proposta n.º 183/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “paragem e estacionamento proibidos”, na Rua Cláudio Lagrange



24. **Deliberação n.º 545/2024 – Proposta n.º 184/2024 – DURB/DIMOT – Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal - RETIRADA**
25. **Deliberação n.º 546/2024 – Proposta n.º 185/2024 – DURB/DIF – Ocupação ilícita de espaço público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo registado sob o n.º 11;
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 12;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 13;

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Paulo Calado – Verificou que em muitas passadeiras, junto às escolas, ainda não aplicaram aquele branqueador que utilizavam para algumas outras vias da cidade. Deixou o repto, para a Câmara tratar rapidamente de pintar as passadeiras identificando melhor onde estavam, ou que fizesse aquela lavagem feita no início do ano em muitas passadeiras da cidade. Junto às escolas era fundamental, atendendo ao início do período escolar.

Disse que reiteradamente tem intervindo, no período antes da ordem do dia, sobre o assunto que tinha a ver com o contrato de estacionamento tarifado na cidade de Setúbal. Foi diversas vezes por eles referido, em particular por si, que era importante para todos que tomavam deliberações, de acordo com aquilo que lhes era proposto, e pensavam que as tomavam de boa-fé e devidamente informados e fundamentados, que o senhor Presidente, como já tinha solicitado, ou então quem entendesse que deveria ser a melhor pessoa, desse-lhes um ponto de situação daquilo que se ia passando relativamente à relação entre o Município e a empresa concessionária DATAREDE.

No dia anterior, o Gabinete da Vereação do PSD, naquela Câmara, recebeu o representante da DATAREDE, após solicitação pelo próprio, mediante uma carta com um conjunto de pontos, e disse a título pessoal, que nada do que tinha sido dito foi especialmente surpreendente, não tanto pelo que tinha sido dito, mas nas respostas àquilo que tinha sido questionado.

Confirmava na maioria muito do que ali verteu, enquanto preocupação deles relativamente ao estado da relação entre ambas as partes, mas também o facto de haver duas ações interpostas contra a Câmara de Setúbal, e duas providencias cautelares respeitantes a essas mesmas ações fazia com apelasse a requerer e solicitar uma vez mais, que tivessem uma

reunião de trabalho, uma reunião informal, uma reunião privada, em que pudessem colocar todas essas questões com minúcia, que era uma coisa impossível de fazer durante aquela reunião pública de Câmara, no sentido de todos ficarem esclarecidos sobre a situação exata do que se passava, em termos de relação contratual.

A conclusão, que de alguma forma se podia chegar, alguém que estivesse mais distante dessa relação, era que poderia haver incumprimento das duas partes, mas poderia haver também soluções para que essa situação fosse ultrapassada.

De todo o modo, como era algo muito complexo daquilo que pelo menos extraia do contexto daquela relação, nomeadamente em relação a uma das propostas que estava no ponto 24 da Ordem de Trabalhos daquele dia, que tinha a ver com o Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado de Duração Limitada no Concelho de Setúbal, no momento próprio iria propor a sua retirada, para ser possível, após uma análise mais profunda a toda a situação, deliberar, pelo menos da parte deles, com outra fundamentação, com outra consciência, no fundo, tentando perceber o que se pretendia com as diversas peripécias sobre aquele tema. Porque acima de tudo - e que o senhor Presidente visse isso como um desabafo -, achava que era mais importante receberem documentação e um dossiê completo com toda a informação por parte do Município e daquela Câmara Municipal, do que pelo concessionário ou por terceiros. A forma de estarem mais bem informados, era com acesso a toda a documentação e com a possibilidade de fazerem as perguntas e, de obterem as respostas pretendidas para esclarecerem cabalmente o que se passava.

Questionou o representante da DATAREDE, e pensava que não violava nenhum dever de sigilo, se o mesmo considerava, de facto, que aquele contrato fazia sentido depois de tudo aquilo, depois dos termos no qual o concurso tinha sido lançado, da forma como tem decorrido, a sua execução contratual, as peripécias todas que se tem verificado, com responsabilidades provavelmente mútuas, era algo que teria de ser apurado.

A resposta, que não foi surpresa porque era uma questão de tentar antecipar o que os outros iam-lhes dizer, foi que da parte da DATAREDE estavam disponíveis para fazer cessar aquele contrato. Pensava haver condições, por parte de todos, para se calhar, chegarem a um interesse maior, que era o interesse dos setubalenses. E, com isso, não dizia que teria de acabar todo o estacionamento tarifado, porque obviamente, havia áreas onde ele era necessário e já existia antes daquele concurso, não era isso que estava em causa.

O que estava em causa era a mancha absolutamente exagerada de lugares, e muitos deles nem sequer estavam ainda preenchidos, em violação daquilo que era a previsão da própria execução do contrato, e, no fundo, indo ao encontro daquilo que foi todo o sentido da oposição no mandato anterior, a CDU como tinha maioria absoluta votou favoravelmente e aprovou os termos daquele concurso, como ele decorria, e toda a oposição em conjunto, salvo melhor opinião, pensava que não fugia à verdade, todos tinham votado contra, fosse em sede de Câmara, fosse em sede de Assembleia Municipal.

Fez esse apelo, podia intervir, falar de pontos em concreto, já tinham falado disso imensas vezes ali, das dúvidas que tinham, até porque tem tomado mais deliberações para além das discussões que ali tem tido, não tinha nenhum receio de consequências das deliberações, não era isso, porque quando as votaram de boa-fé, e partiam do pressuposto que o que estava vertido nos documentos que votaram era exatamente aquilo que se passava, a questão era ir um pouco mais longe e perceber exatamente se aquilo tudo fazia sentido ou não.

Portanto, fez esse apelo, que toda a vereação pudesse reunir, com tempo, e com todos os meios necessários, com toda a documentação, com os advogados se necessário, para perceberem exatamente em que ponto estavam e o que poderiam fazer, porque a verdade era que os senhores já não tinham maioria absoluta e, eles também tinham outra responsabilidade naquilo que era a condução dos destinos daquela Câmara Municipal, e daquele Município.

Sr. Vereador Fernando José – Começou por saudar todos os bombeiros que naqueles dias combateram os incêndios que afetavam o nosso país. Uma tragédia combatida por esses



heróis e aos quais se juntaram os nossos bombeiros voluntários, os quais também saudavam, fazendo votos para que a missão em Sever do Vouga fosse repleta de sucesso, uma missão de socorro ao serviço das populações, ao serviço da causa pública.

Em nome da bancada do Partido Socialista solicitou que, no final das saudações, fosse cumprido um minuto de silêncio em memória e respeito para com aqueles que faleceram ao serviço da causa pública naqueles dias em que a tragédia assolava o nosso país.

Sabiam que os recursos nos Bombeiros Sapadores de Setúbal eram poucos, o investimento nos últimos 23 anos tinha sido insuficiente na Companhia de Bombeiros Sapadores, nomeadamente, no reforço de viaturas.

Tinham conhecimento que, desde o mês de junho que a viatura VFC108, uma viatura de combate a incêndios florestais, não estava no quartel, estava na empresa GALIUS, em Lisboa, não sendo um problema técnico, porque já se informaram sobre isso, gostariam de saber qual era o problema, para que a viatura não tivesse sido levantada e não regressasse à cidade de Setúbal, nomeadamente ao serviço dos Sapadores.

Solicitou também, numa outra dimensão a intervenção do senhor Presidente para que o indeferimento que tinha sido feito ao pedido de apoio do jovem setubalense João Cruz, que tinha sido chamado a representar Portugal na categoria de dança na Taça da Europa, que naquele ano se realizava em Zurique, nos dias 5 a 13 de outubro, fosse revertido.

Os Vereadores do Partido Socialista não conseguiam perceber como um pedido de apoio de um jovem que ia representar o nosso país, que representava a nossa cidade, naquele caso de 5 a 13 de outubro em Zurique, tivesse sido indeferido pela Câmara Municipal. Era incompreensível que o Município não conseguisse apoiar os seus, fosse com 500 €, com 1.000 €. Questionou se havia essa incapacidade financeira por parte da Câmara, no sentido de negarem a um jovem que ia representar o nosso país aquele apoio que tinha sido solicitado. Não sabiam se o senhor Presidente tinha ou não conhecimento. Requeriam a sua intervenção para que aquela negação de apoio fosse revertida e, que o jovem pudesse obter esse devido apoio.

Disse concordarem com aquilo que foi a posição transmitida pelo Vereador Paulo Calado, sobre a necessidade de uma reunião privada para esclarecimento de dúvidas sobre o processo de concessão de estacionamento tarifado. Um processo que começou mal, mas que era da responsabilidade do senhor Presidente e da sua ex-camarada, ou da sua ex-companheira de partido, ou de coligação, e, portanto, a responsabilidade era vossa. Foram os senhores, CDU, que decidiram, contra a vontade de toda a oposição, avançar com um contrato estacionamento por 40 anos e, com um brutal aumento de 500%.

Não valia a pena bater mais na tecla, não valia a pena recuar no tempo para perceber aquilo que aconteceu, foi um erro que não acautelou a causa pública, e o interesse público, e que nas ações medidas nos últimos anos por parte do senhor Presidente e daquele executivo.

Transmitiram em vários momentos muitas dúvidas antes de se avançar para um processo comercial deveria ter existido uma reunião privada com os vereadores, no sentido de explicar aquilo que se pretendia fazer, quando essas negociações saíram frustradas deveria ter existido uma reunião privada também, como já tinham acontecido outras e sobre outros assuntos com os vereadores que não estavam em exercício de funções a tempo inteiro, os Vereadores do Partido Socialista e os vereadores eleitos pelo PSD, no sentido de explicar detalhadamente aquilo que seria a decisão do senhor Presidente, em avançar para a litigância com a empresa, a verdade era que levantaram muitas dúvidas, mas votaram ao lado dos Vereadores da CDU, porque acreditaram e confiaram em toda a informação e, em todos os dados que, ali, tinham-lhes sido apresentados.

E, porque presentemente essas dúvidas iam sendo adensadas, porque atualmente tinham ainda mais dúvidas do que aquelas que tinham na altura, entendiam que deveria mesmo ser marcada essa reunião privada para os esclarecerem e, desse esclarecimento poderiam até verificar que não havia razão para terem essas dúvidas.

Portanto, requeriam que fosse marcada essa reunião, no recato de uma reunião privada, no sentido de serem colocadas determinadas questões e, era nesse mesmo sentido que os



vereadores do Partido Socialista podiam, naquele momento, afirmar acompanharem a posição dos Vereadores do PSD, no pedido de retirada da deliberação 545/2024.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Deu nota de um abatimento de piso na faixa de rodagem na Avenida Dom Pedro V, perto dos viveiros municipais, já há tempo considerável a aguardar a respetiva reparação. Era uma faixa muito frequentada, inclusive por viaturas municipais, com ausência de sinalética no local e que podia, eventualmente, causar acidentes e danos em viaturas.

Referiu que lhes chegaram sinalizações de fugas de água reportadas aos serviços, uma à pelo menos um mês na Rua da Eurocerâmica, e há pelo menos três semanas na Rua da Felicidade, ambas em Brejos de Azeitão.

Na Avenida Luísa Todi também se encontrava uma rega a correr água ininterruptamente de frente para o estabelecimento comercial Caracóis Costa Azul, dada a situação poderiam dizer “stress” hídrico que vivenciavam e, sendo a água um dos recursos mais importantes para a população tornavam-se preocupantes os níveis de desperdício de água descritos com implicações ambientais e financeiras. Apelaram à rápida intervenção para solucionar aquelas situações, dado o imperativo que era a gestão eficiente e sustentável da água.

Tinha-lhe sido, também, reportado por um munícipe que, no Mercado do Livramento, um espaço de referência nacional, um dos elevadores que dava acesso ao 1.º andar encontrava-se há cerca de 2 meses parado. Pretendiam um ponto de situação.

Tinha-lhes chegado a conhecimento umas imagens onde nas imediações da Escola Básica Luísa Todi, pensavam que na sequência da exposição de aves exóticas, se via uma viatura da Junta de Freguesia de São Sebastião a depositar um volume considerável de caixas de papel na via pública, junto aos ecopontos, impossibilitando a utilização do passeio.

O pedido de esclarecimento ia no sentido de perceber se aquele era um procedimento comum, e se aquela ação foi articulada com a Câmara.

Sr. Presidente – Disse que relativamente à questão das passadeiras e, em particular, das passadeiras próximas dos estabelecimentos de ensino, no ano anterior a Câmara Municipal tinha tomada essa iniciativa de priorizar a pintura de passadeiras junto a estabelecimentos de ensino, pensava que tinham sido todas pintadas.

Era um problema cada vez mais complicado, o que era facto era que essas passadeiras foram pintadas no ano anterior. Foi contratada uma empresa, esse trabalho devia estar a ser desenvolvido, a começar junto dos estabelecimentos de ensino.

Também já tinha sido iniciado o arranjo das passadeiras na Avenida Luísa Todi, e no centro histórico num modelo novo, no sentido de evitar que essa questão da pintura de passadeiras não fosse por esse caminho, ao fim de 3 meses das passadeiras serem pintadas já estavam quase na mesma situação.

Procuraram encontrar outra forma de resolver aquele problema, porque pintar uma passadeira tinha alguns custos significativos, tinham milhares de passadeiras no concelho, as passadeiras eram, de facto, uma situação de grande preocupação sempre, e por isso iniciaram aqueles trabalhos com uma nova forma colocando nas passadeiras pedra de cor, no sentido de evitar aquela situação de continuamente estar a pintar as passadeiras. Cada passadeira dessas custava dez vezes mais do que pintar uma passadeira, mas o que era facto era que se a cada três meses tinham que pintar as mesmas passadeiras valia mais fazer aquele investimento maior, com a certeza de que iam ficar pelo menos um, dois ou três anos com a situação regularizada.

Eram problemas dos nossos tempos, que tinham a ver, eventualmente, com o tipo de materiais que eram utilizados na feitura dos pneus, que faziam aquela ação na pintura das passadeiras. Era um trabalho que desenvolviam.

Agradeceu o facto de aquela questão ser trazida e deixou a informação de que havia três contratações pelo menos, a das novas passadeiras construídas com pedra, um contrato com uma empresa para lavagem das passadeiras, aquelas que tinham condições para serem

lavadas, e manter a visibilidade e, ainda outro contrato que iria avançar, ou já tinha começado, pelas passadeiras junto aos estabelecimentos de ensino.

Relativamente à Avenida Dom Pedro V, não tinha informação sobre essa situação, mas registava e agradecia.

Relativamente às questões dos desperdícios de água iriam verificar, se os serviços já não tomavam essa iniciativa.

Relativamente à questão da Escola Luísa Todi, teve a informação que aconteceu qualquer coisa de extraordinário, alguém foi fazer um depósito daquelas caixas, eram situações que aconteciam, mas que naturalmente tinham que estar atentos e, tinham que intervir, e procurar sensibilizar para quando acontecessem situações dessas estarem preparados para intervir e regularizar essas situações. Como certamente quem andava na cidade verificava, atravessavam uma fase de extrema complexidade, os pilaretes de um dia para o outro apareciam derrubados, os sinais de trânsito eram derrubados ou virados ao contrário e, não se referiu a três ou quatro situações, referiu-se a dezenas de situações que aconteciam no concelho. O incendiar dos contentores também parecia ser corrente durante a noite. Eram situações que viviam, naturalmente, que eram preocupações.

Já tinha pedido uma reunião com a senhora Ministra da Administração Interna, para tentar encontrar uma solução de reforço da capacidade de intervenção das Forças de Segurança.

Eram os tempos que atravessavam que eram de grande preocupação, não era retirar a responsabilidade à Câmara Municipal ou às Juntas de Freguesia, era apenas chamar à atenção que eram fenómenos que aconteciam.

Tinha a informação que não era só em Setúbal que aquilo acontecia, era um pouco por todo o país, naturalmente que a eles lhes cabia avaliar a situação que ocorria no nosso concelho.

Agradeceu à senhora Vereadora as questões colocadas.

Relativamente à questão da empresa DATAREDE, que o senhor Vereador Paulo Calado e o senhor Vereador Fernando José colocaram, naturalmente que havendo essa iniciativa de solicitarem uma reunião onde pudessem fazer um ponto de situação, naturalmente, que sempre houve e continuaria a haver essa disponibilidade e, portanto, iriam marcar essa reunião para fazer o ponto de situação.

Relativamente às outras questões e preocupações, achava fazerem sentido. Já tinha dito várias vezes, desde o início que haviam assumido as responsabilidades no Município, portanto, desde outubro/novembro de 2021, que tinham uma relação com a empresa no sentido de criarem sempre as melhores condições para que o contrato que a empresa tinha, que cabia à empresa implementar o contrato, a obrigação, cabia à Câmara Municipal fiscalizar o contrato, a obrigação, e isso fizeram, os nossos serviços tinham uma relação regular com a empresa, com os serviços da empresa e isso era uma situação que lhes competia, de responsabilidade.

Também já tinha dito várias vezes, que desde o início que avaliavam, dessa responsabilidade, que assumiram na gestão do contrato, que identificaram algumas situações, com as quais não concordavam, isso já tinha sido manifesto várias vezes, e que também transmitiram à empresa.

A empresa manifestou disponibilidade para avançar no sentido de puderem encontrar soluções para alterar algumas questões, ou melhor, não se opôs àquilo que consideraram, da necessidade de alterar, mas nunca deu passos no sentido de puderem encontrar um caminho para resolver esses problemas. Havia um contrato, e como já tinha dito, a empresa tinha a responsabilidade de implementar o contrato, o executivo municipal cabia fazer com que o contrato fosse cumprido, e também, aquelas iniciativas de avaliação que fizeram, de que algumas situações que estavam no contrato poderiam ser revistas, transmitiram isso à empresa.

A empresa não se manifestou contra isso, mas era necessário depois encontrar o caminho para que isso fosse regularizado, porque quando se tratava de alterar um contrato tinha de se fazer uma avaliação financeira das consequências dessa alteração, das alterações que eram propostas, portanto, era necessário fazer esse caminho, e esse caminho teve dificuldades porque a empresa não se opôs àquilo que consideraram pertinente, do ponto de vista deles,

fazer alterações, mas depois não manifestou disponibilidade para assumir essa responsabilidade que lhe cabia. Isso relativamente a alterações que consideraram de interesse.

Relativamente àquilo que era a exigência do cumprimento do contrato, na defesa dos interesses do Município e das nossas populações, a empresa foi chamada muitas vezes à atenção, isso estava escrito nas atas que eram feitas pelos serviços, nunca alterou a sua posição e, foi nesse sentido que trouxeram propostas à reunião de Câmara, no sentido de aplicar as penalizações que estavam previstas no contrato, e que foram ali aprovadas essas propostas, as penalizações.

A empresa poderia agora vir junto dos partidos de oposição manifestar o seu entendimento relativamente a essas questões.

A Câmara Municipal deliberou aplicar essas penalizações, a empresa acionou no quadro dos tribunais os processos que entendeu, e naturalmente que a Câmara Municipal, aguardava o desenrolar desses processos, aguardava as decisões dos tribunais com toda a tranquilidade.

Quando traziam aquelas propostas, das penalizações em particular, à Câmara Municipal, essas propostas eram acompanhadas pelos nossos advogados. Quando a empresa desenvolvia as ações junto dos tribunais, naturalmente, que aguardavam que os tribunais decidissem, o normal numa relação contratual, quando alguém não estava de acordo com as penalizações recorria aos tribunais, estavam tranquilos relativamente a isso.

Relativamente a outras questões apresentadas pelos senhores vereadores, a preocupação maior, das propostas que apresentaram à empresa, a empresa nunca lhes disse que não, não terem tido seguimento e, nesse sentido também, algumas das propostas que trouxeram ali, que a Câmara Municipal deliberou, eram no sentido de fazer a alteração contratual por um lado, obrigando a empresa a cumprir aquilo que eram as determinações da Câmara Municipal, como já tinha dito, isso poderia e deveria ser objeto de avaliação financeira das consequências do impacto dessas decisões.

Avaliavam essas consequências e, por isso, estavam disponíveis para fazer esse caminho de avaliar e de haver as compensações financeiras, se fosse caso disso, mas de uma forma controlada. Da parte deles, as iniciativas que tomaram, e as deliberações que a Câmara Municipal tomou eram medidas e decisões tomadas com um enquadramento legal adequado.

Havia situações que importava que se desse conhecimento público, quando a empresa decidia recorrer aos tribunais para algumas situações era importante que fosse dado conhecimento público de algumas iniciativas que a Câmara Municipal ou de quem naquele momento geria o contrato, que era o executivo municipal, das medidas que tomou e das propostas que apresentou.

Em maio de 2023 apresentaram à empresa uma proposta, que tinha vários pontos. Destacou três desses pontos, que lhes parecia os mais penalizadores para as populações e, também, no âmbito que consideravam que era a necessidade de uma reponderação do contrato. Um desses pontos, na proposta que apresentaram, tinha a ver com a redução da área de implementação do contrato. Isso significava uma redução do número de lugares de estacionamento.

Outra questão tinha a ver com a ampliação das zonas de estacionamento diário, entendiam que essa reponderação que consideravam necessário fazer no contrato, que deveria ter como um ponto importante, a ampliação das áreas do estacionamento diário, e, por outro lado, um aumento significativo das bolsas de estacionamento dedicado aos residentes.

Isso era manifesto, sobretudo nos bairros do centro histórico, a necessidade de ampliar essas bolsas. Eram três pontos que consideravam muito importantes, apresentaram essa proposta, não teve resposta da empresa, e consideravam que essa reponderação do contrato se justificava.

Por isso e também já tinha tornado público, que numa próxima reunião trariam uma proposta no sentido de apresentar à empresa da constituição de uma comissão, da parte do município, que era quem geria aquele contrato, para haver um entendimento com a empresa, e como dizia aquilo que se poderia designar reponderação do contrato.



Como já tinha dito, isso significava haver reavaliação financeiro do próprio contrato, em particular nos vários pontos que estavam em causa. Isso era para dizer a serenidade deles na forma como desenvolviam aquele processo. Se havia um contrato por 40 anos, era tão importante para quem geria esse contrato do ponto de vista da Câmara Municipal, como do ponto de vista da empresa encontrar pontos de equilíbrio, no sentido de que cada um pudesse gerir melhor a parte que lhe cabia de responsabilidade e, por isso, estavam convencidos de que, independentemente daqueles processos que estavam no tribunal, eram processos independentes e, independentemente disso aquela via de diálogo, que o município tinha a propor à empresa fazia todo o sentido. Não prescindiam das penalizações e, se a empresa continuasse a fazer aquilo que fazia até à altura em que trouxeram à reunião de Câmara essas penalizações, se não alterasse esse comportamento como parecia, pelo menos, nalguns casos não alterou, naturalmente que essas penalizações haveriam de continuar a aumentar.

A gestão de um contrato era assim mesmo, cada um tinha de cumprir os termos do que estava contratualizado, podiam alterar esses termos, mas essa alteração precisava de negociação. Trariam a uma próxima reunião de Câmara uma proposta nesse sentido.

Tratavam daqueles assuntos tranquilamente, mas também determinação para a empresa cumprir aquilo que era a parte dela que estava no contrato.

Iriam marcar uma reunião, conforme as disponibilidades dos senhores vereadores, para fazerem um ponto de situação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não conhecia a questão do abatimento na Avenida Dom Pedro V, ia ver do que se tratava e iria tratar.

Relativamente à Rua da Eurocerâmica e Rua da Felicidade, eram ruas onde havia rebentamentos frequentes. A Rua da Eurocerâmica estava registada como urgente e iriam atacar, tinha-lhe dito o serviço.

Disse convir dar uma breve nota da situação dos rebentamentos. Contou ali que receberam 600 buracos na cidade, entretanto reduziram para 300, reduziram para menos, entretanto as empresas deixaram de trabalhar com eles, e aumentaram novamente, na última semana tinham 40, na presente semana tinham 60, e andavam entre os 40 e os 60 que era aquilo que era obrigatório estar em pousio até ser fechado. Atingiam o ponto ótimo de intervenção nos buracos resultantes de rebentamentos na via pública, fosse em passadeiras, fosse em estradas.

Faziam um esforço de fazer uma maior sinalização e, sobretudo, ter uma intervenção mais urgente e, mais qualificada nas situações em que havia buracos na via pública mais perigosos. Quis dar aquela nota, porque pensava ser uma melhoria muito sensível.

Naquele momento tinham em Azeitão, que era a freguesia que tinha mais buracos, São Simão e São Lourenço 36 buracos, já tinham tido quase 300. Na União de Freguesias tinham 10, no conjunto de Santa Maria, Anunciada e São Julião. Em São Sebastião tinham 13 por resolver e isso entre asfalto e passeio. No Sado 3 e na Gâmbia 2. Portanto, era uma alteração bastante sensível em relação ao que tinham, e iam continuar naquela linha, visto que naquele momento tinham empresas estabilizadas só a trabalhar com eles. Se tudo corresse bem ia-se manter naquele patamar.

Relativamente à questão colocada sobre a Luísa Todi não conhecia, mas poderiam ir ver.

Naquele dia tinham água na baixa e, tinham até na Praça do Bocage. Tinham notícia do IPMA que iriam ter 3 grandes marés, naquele dia, no seguinte e depois, marés de 3 metros, o que queria dizer que em Setúbal a água entrava pelo caneiro e ultrapassava a Avenida 5 de Outubro, iriam ter água a sair pelos sumidouros em vez de entrar, e quando a maré baixar iria embora, mas não havia nada a fazer relativamente a essa matéria.

Quis deixar essa nota, iria ter isso naquele dia, no seguinte e depois, a maré alta, que eram as 3 marés mais altas do ano. Houve um alerta, parecia haver um rebentamento de águas, mas não houve nenhum rebentamento, era mesmo água da maré.

Relativamente à Luísa Todi, não sabia se haviam reparado, o passeio do lado sul estava completamente intervencionado, substituíram integralmente a rede de abastecimento de água

de toda a Luísa Todi, desde a hotelaria até ao Leo do Choco Frito. E iria iniciar em breve uma obra também de substituição de rede de água, da rede de saneamento doméstico e pluvial na zona das Fontainhas, apanhando a rotunda das sardinhas, que ia obrigar a fazer um desvio de trânsito do viaduto para a José Mourinho. Era uma intervenção muito importante por haver há muitos anos uma situação de inundações, na altura de inverno, quando havia mais chuva. Relativamente a uma questão que andou nas redes sociais, sobre as misteriosas caixas de cartão do evento ornitológico, todos os eventos em Setúbal, e já eram muitos eventos daquele tipo de concursos ornitológicos, feitos em vários sítios e agora na Escola Luísa Todi, geravam um conjunto de caixas que eram a retaguarda das gaiolas.

Essas caixas têm sido, sem nenhum problema, habitualmente recolhidas pela AMARSUL. Na Luísa Todi, em geral, ficavam na escola até a AMARSUL as ir buscar, daquela vez a escola entendeu que não ficavam lá dentro e ficaram na rua, porque a AMARSUL levou muito tempo a ir buscá-las e ficaram muito tempo na escola. Aquelas caixas não eram completamente limpas, tinham dejetos de pássaros, portanto, deveriam sair rapidamente. A AMARSUL falhou redondamente e não apareceu. Foram alertados e os Serviços Municipalizados foram lá recolher, independentemente de não ser a sua função, levaram aquilo e entregaram. Falou com o senhor Presidente de Junta de São Sebastião, que era um dos apoios da iniciativa, e combinaram fazer uma reunião com o Clube Ornitológico, no sentido de ver como as caixas eram tratadas, porque se elas ficassem em condições de reciclagem, se não tivessem contaminação suficiente tinham que ser esmagadas, colocadas em sacos, e levadas. Se ficassem inutilizadas e contaminadas com dejetos dos pássaros, tinham que ser esmagadas, colocadas em sacos e ir para o lixo comum.

Era um assunto que iriam ver com eles, para na próxima vez as coisas correrem melhor, independentemente da boa vontade ou má vontade da AMARSUL, porque enquanto houve boa vontade correu bem, quando houve má vontade correu mal, portanto, queriam criar condições para que não ficassem dependentes da boa vontade de ninguém, mas ficasse garantida uma boa solução. Foi uma grandiosíssima iniciativa que acabou por ficar marcada por umas caixas que ninguém sabia o que era, parecia um mistério. Acompanhavam, conheciam bem e estavam a ver se encontravam uma solução para que não se repetisse aquele aparato que se viu.

Sr. Presidente – Disse que houve duas questões que o senhor Vereador Fernando José colocou e não respondeu.

Relativamente à viatura dos Bombeiros que estava numa oficina, não tinha informação se estava há muito tempo, mas há muito tempo não devia estar, mas porque ainda estava na oficina, não tinha essa informação, e agradeceu a questão colocada e iria verificar.

Relativamente a um pedido de um apoio de um jovem desconhecia, mas iria verificar o que se passou.

Sra. Vice-Presidente – Disse que relativamente à questão da rega na Avenida Luísa Todi, o que os serviços lhe informaram era que essa rutura já tinha sido reparada. Tinham várias ruturas, era do conhecimento geral, muitas vezes eram as pessoas que os alertavam para essas ruturas, essa, felizmente, já estava reparada desde o dia anterior, o que não significava que ao longo da avenida não pudessem surgir algumas ruturas, ou até algumas “brincadeiras” de mau gosto relativas a algumas caixas que tinham espalhadas pela avenida que de alguma maneira muitas vezes eram vandalizadas e, algumas pessoas, numa perspetiva de mau gosto, abriam essas caixas e colocavam os aspersores a funcionar.

Isso aconteceu, por exemplo, no dia 15 de setembro, na parte da tarde, em que tiveram um aspersor em frente à Albergaria Mar e Sol a correr água há uma hora que não era para estar a regar. Era domingo, feriado, tiveram que contactar os trabalhadores para fechar aquele aspersor. Essas ruturas quando aconteciam eram normalmente tratadas rapidamente. Umas, era diretamente nos aspersores, outras podiam ser no tubo geral, o que aconteceu, e que provocava que a água saísse pela calçada. Portanto, julgava que estava reparada, o que não impedia que pudesse às vezes acontecer ou voltar a acontecer.

Sr. Vereador José Manuel Pereira – Apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 14:

“Saudação

Aniversário Teatro Estúdio Fontenova

Ao longo das décadas, o Teatro Estúdio Fontenova tem sido um farol de criatividade e expressão artística. Através da sua dedicação ao teatro, tem proporcionado ao público momentos de inspiração, reflexão e entretenimento. As mais de 90 criações teatrais realizadas pelo Teatro Estúdio Fontenova têm sido uma fonte de enriquecimento cultural para a comunidade local e além, promovendo a apreciação das artes cénicas.

O Teatro Estúdio Fontenova é saudado por mais um aniversário, celebrado no passado dia 15 de setembro. Esta notável instituição tem desempenhado um papel crucial como motor de desenvolvimento cultural em toda a região, enriquecendo a vida de inúmeras pessoas através de uma ampla gama de projetos e iniciativas culturais. De entre estas destaca-se, naturalmente o Festival Internacional de Teatro de Setúbal - a Festa do Teatro que este ano contou com a sua 26ª edição, em mais um momento de celebração da diversidade cultural e da riqueza artística que caracteriza a nossa comunidade e que, em intercâmbio cultural com outras companhias de teatro nacionais e internacionais, proporciona oportunidades de aprendizagem, reflexão e envolvimento profunda com o mundo do teatro.

Além das produções teatrais, esta instituição tem desenvolvido uma série de projetos educativos, debates e oficinas de teatro que têm desempenhado um papel fundamental na formação de novos talentos e na promoção do entendimento das artes entre as gerações mais jovens.

Neste momento de celebração, é importante reconhecer o compromisso e a paixão do Teatro Estúdio Fontenova em nutrir a cultura e as artes na região. A sua dedicação ao teatro tem enriquecido a vida cultural e educacional de muitos, e o seu legado perdurará por muitos anos”.

Sr. Vereador José Manuel Pereira – Apresentou os seguintes votos de pesar, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 15 e 16:

“Voto de Pesar

Vítimas dos Incêndios Rurais

Nos últimos dias, o País enfrentou temperaturas elevadas em que quase todos os distritos do Continente, estiveram sob aviso vermelho, o mais grave emitido pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), com vários concelhos a apresentarem um perigo máximo e muito elevado de incêndio rural, o que infelizmente, veio a revelar-se uma realidade devastadora para todos.

Entretanto, várias foram as pessoas e seus bens, floresta, animais e património, afetados pela sequência dos persistentes incêndios, que também já começam a afetar toda a Europa, sendo que lamentavelmente ocorreram perdas de vidas humanas para grande tristeza e consternação pessoal e coletiva.

Neste momento há a lamentar a morte de sete pessoas, entre bombeiros e civis, e mais de 90.148 hectares ardidos este ano que, apenas em três dias, se tornou o quarto pior ano da década em área ardida.

Neste momento em que Portugal chama por todos nós, e em que enfrentamos cenários extremamente desafiantes e uma realidade inquietante e avassaladora, o PSD não pode

deixar de manifestar o seu mais profundo pesar e consternação pela morte destas pessoas, bem como reiterar as mais sentidas condolências às suas famílias e a todos aqueles que sentem profundamente a sua ausência.

Dirigimo-nos igualmente a todos os que ficaram desalojados, feridos e são vítimas afetadas pelos recentes incêndios em Portugal.

Os Vereadores do PSD fazem ainda questão de reiterar um sentido agradecimento a todos os bombeiros e forças de segurança endereçando-lhes uma merecida homenagem por toda a dedicação, bravura e empenho incansável com que têm prestado apoio à segurança das populações”.

**“Voto de Pesar
Padre Acílio Fernandes**

O padre Acílio da Cruz Fernandes, que faleceu no dia 13 de setembro de 2024, com 92 anos de idade foi responsável da Casa do Gaiato de Setúbal durante 67 anos.

Foi sempre um apaixonado pela missão que a Igreja lhe confiou, como membro de Cristo Sacerdote.

Nascido a 8 de março de 1932, em Mira (Coimbra), o sacerdote foi ordenado padre a 15 de agosto de 1957, na Sé Catedral de Coimbra, pelo bispo D. Ernesto Sena de Oliveira.

Nesse mesmo ano, iniciou o serviço na Casa do Gaiato de Setúbal, a que se dedicou durante quase toda a vida, servindo os rapazes sem família e os pobres na Obra da Rua ou Obra do Padre Américo, constituindo-se um dos padres com mais anos de sacerdócio na diocese sadina.

Foi o responsável da instituição de 1957 a 2020, com intervalo como Orientador da Obra da Rua, na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, de 2001 a 2006.

O serviço na diocese passou também pela Paróquia de Águas de Moura, onde promoveu a edificação da Igreja Paroquial de São Pedro.

Desde 2020 até à data, o padre Acílio da Cruz Fernandes dedicou-se ao Património dos Pobres, valência da Obra da Rua, ao serviço da caridade aos mais desfavorecidos e carenciados.

A sua dedicação inestimável a todos aqueles que mais precisam, ao longo de mais de cinquenta anos será sempre um marco na comunidade setubalense.

Neste momento de consternação, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata endereçam aos familiares e amigos do Padre Acílio Fernandes as mais sentidas condolências”.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 17 a 21:

“Saudação

Aniversário do Núcleo de Amigos do Bairro do Peixe Frito

Fundada em 2023, a mais jovem coletividade da Freguesia de São Sebastião e do concelho de Setúbal assinalou o seu 1.º aniversário no dia 8 de setembro.

Criada com o objetivo de promover a prática desportiva, em especial a prática de pesca desportiva de alto-mar, a coletividade tem demonstrado desempenhar um importante papel junto da comunidade, na dinamização do bairro e freguesia onde se insere.

O movimento associativo é um verdadeiro pilar da Democracia, que atua em diversos níveis, combatendo a solidão e o isolamento, democratizando o acesso à cultura e ao desporto,

promovendo o desenvolvimento do comércio local, incentivando a participação cívica e reforçando os laços comunitários, devendo ser valorizado e reconhecido pelo seu papel determinante para o desenvolvimento dos territórios a nível local, enquanto parceiro indispensável do poder local.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de Amigos do Bairro do Peixe Frito, órgãos sociais e associados pelo seu primeiro aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário do Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal

O Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal assinalou o seu 57.º aniversário no passado dia 15 de setembro.

Fundado em 1967, com o objetivo de promover, valorizar e dignificar a prática da atividade de arbitragem – atividade fundamental para que os praticantes de qualquer modalidade possam participar em competições de forma segura, em cumprimento das regras e valores assentes no fair play –, tem desempenhado um papel determinante para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal.

Ao longo dos seus 57 anos de existência, tem promovido e dinamizado iniciativas de âmbito formativo na área da arbitragem da modalidade futebol, contando já com inúmeros árbitros com participação em jogos e competições a nível nacional e internacional. Contudo, a sua atividade vai muito além da formação nesta área. O Núcleo procura colaborar também com outras entidades de cariz desportivo, cultural e social para a organização e realização de eventos, em especial de campanhas solidárias.

Neste sentido, e reconhecendo o papel imprescindível do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local e promoção do bem-estar e qualidade de vidas das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

“Saudação

Aniversário do Teatro Estúdio Fontenova

Fundado em 1986, o Teatro Estúdio Fontenova celebrou o seu 38.º aniversário no dia 15 de setembro.

Através da sua atividade, da qual se destaca a organização do Festival Internacional de Teatro de Setúbal, que viu concretizada a sua 26.ª edição este ano, tem desempenhado um papel determinante na divulgação e promoção cultural no concelho de Setúbal, colaborando para a consolidação da imagem do mesmo, enquanto um território com um potencial cultural ímpar, tanto a nível nacional como internacional.

No seu historial conta com mais de 50 produções, mas também projetos educativos, tertúlias, oficinas de teatro, acolhimentos e residências. Sendo o teatro uma das manifestações artísticas mais completas e complexas, um exercício democrático e uma ferramenta de comunicação, educação e expressão, o Teatro Estúdio Fontenova procura destacar no seu trabalho preocupações sociais e políticas, considerando a acessibilidade de todos os públicos.

Ao longo dos anos, o TEF e alguns dos seus membros foram distinguidos com a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal na Classe de Atividades Culturais – TEF (2004), José Maria Dias, Diretor Artístico (2019); e Graziela Dias, Membro-fundador (2024). Contudo, e apesar

deste reconhecimento ser significativo e revelador da relevância e qualidade do trabalho desenvolvido, é fundamental que o apoio a esta e a outras entidades não se resuma a medalhas ou a verbas diminutas, devendo existir um reforço dos apoios atribuídos, bem como a criação de infraestruturas que permitam às entidades culturais desenvolver o seu trabalho de forma digna.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Teatro Estúdio Fontenova e todos aqueles e aquelas que contribuem diariamente para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

“Saudação

Técnico e atleta do Clube Naval Setubalense integram comitiva da Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas

Danilo Ferreira e Daniel Pereira, técnico e atleta do Clube Naval Setubalense, irão integrar a comitiva da Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas, na primeira participação da equipa no Campeonato do Mundo ACR4, competição que está a decorrer desde dia 16 de setembro e que termina já no próximo dia 21, no Egito.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam Danilo Ferreira e Daniel Pereira pela convocatória e participação nesta importante competição mundial e saúdam o Clube Naval Setubalense pelo trabalho desenvolvido no âmbito da promoção da prática desportiva e da valorização e inclusão das pessoas com mobilidade condicionada no desporto desejando sucesso para o Campeonato do mundo em curso”.

“Saudação

Mário Narciso treinador da Seleção Nacional de futebol de Praia Portugal sagra-se campeão europeu da modalidade

A Seleção Nacional de Futebol de Praia, treinada pelo setubalense Mário Narciso, sagrou-se campeã europeia, ao bater a Itália por 5-1, no jogo decisivo da Superfinal da Liga Europeia, no passado domingo, em Alghero, Itália.

Mário Narciso, de 70 anos, é selecionador nacional de futebol de praia. É um treinador de sucesso. Acaba de ser campeão europeu da modalidade, tendo no seu palmarés os títulos de campeão do mundo com a chancela da FIFA, campeão da Europa, do Mundialito, a medalha de ouro nos Jogos Europeus de Baku. Foi eleito melhor treinador do mundo em 2015 e 2016. Este setubalense conciliou esta função com a de cobrador das quotas de sócio do Vitória de Setúbal, clube do coração e pelo qual jogou nas décadas de 1970 e 1980.

O homem que tem levado e continua a levar o nome de Portugal e Setúbal ao expoente mais alto no futebol de praia, é um treinador exigente e interventivo, que leva na sua voz o típico sotaque setubalense.

A equipa, liderada por Mário Narciso, teve um percurso 100% vitorioso, fruto dos triunfos diante da Chéquia (9-1), da Dinamarca (4-1) e da Polónia (6-4), na fase de grupos, da Suíça (11-4), nos quartos-de-final e da Bielorrússia (7-3), nas meias-finais, saiu vitoriosa no confronto com a equipa italiana.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Mário Narciso, por mais um título que orgulha todos os setubalenses, assim como todos os atletas e equipa técnica pela dedicação, excelência e determinação demonstradas em cada momento, que levaram à vitória na final e à conquista de mais um título europeu”.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Apresentou o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 22:

“Voto de Pesar

Falecimento do Padre Acílio Fernandes

O Padre Acílio da Cruz Fernandes, responsável da Casa do Gaiato de Setúbal durante 67 anos, faleceu no dia 13 de setembro aos 92 anos.

Nascido a 8 de março de 1932, em Mira (Coimbra), foi ordenado padre a 15 de agosto de 1957, na Sé Catedral de Coimbra, pelo bispo D. Ernesto Sena de Oliveira. Nesse mesmo ano, iniciou o serviço na Casa do Gaiato de Setúbal, a que se dedicou durante 67 anos, servindo os rapazes sem família e os pobres na Obra da Rua ou Obra do Padre Américo, constituindo-se um dos padres com mais anos de sacerdócio na diocese sadina.

Foi o responsável da instituição de 1957 a 2020, com intervalo como Orientador da Obra da Rua, na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, de 2001 a 2006.

O serviço na diocese passou também pela Paróquia de Águas de Moura, onde promoveu a edificação da Igreja Paroquial de São Pedro.

Apaixonado pela missão que a Igreja lhe confiou, procurou sempre denunciar e combater as injustiças com que se deparou ao longo da vida.

Desde 2020 até à data, dedicou-se ao Património dos Pobres, valência da Obra da Rua, ao serviço da caridade aos mais desfavorecidos e carenciados.

Durante mais de meio século contribuiu para o desenvolvimento social e promoção do bem-estar e qualidade de vida da comunidade setubalense, tendo-se tornado numa referência, que já mais será esquecida da nossa memória coletiva.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família, amigos e a todos aqueles que sentem profundamente a sua ausência, sentidas condolências”.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que depois daqueles votos de pesar que foram apresentados, tanto pelos Vereadores do PSD, como pelos Vereadores do PS, seria de a Câmara equacionar, depois também através da Assembleia Municipal, na atribuição num nome de rua. Achava que seria de enorme justiça que isso acontecesse. Ficou essa recomendação por parte dos Vereadores do Partido Socialista.

Sr. Presidente – Disse que essa manifestação do senhor Vereador ficava registada. A comissão de toponímia haveria de considerar na vasta listagem que tinha essa possibilidade.

Sr. Presidente – Apresentou a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 23:

“Moção

Dia Internacional da Paz

O Dia Internacional da Paz é celebrado, anualmente, no dia 21 de setembro por decisão da Organização das Nações Unidas expressa em deliberação da Assembleia Geral desta organização.

Assinalar esta data, num tempo em que progridem, em vários pontos do globo, dezenas de sangrentos conflitos armados é um dever que assumimos com a permanente afirmação da defesa da paz e a exigência do fim das guerras que apenas trazem a morte e a miséria.

Hoje, é de paz que falamos, mesmo que os tempos sejam adversos para quem se empenha nesta causa central e comum a toda a humanidade.

Não há guerras boas. Há apenas guerras. As guerras que causam morte e sofrimento, que causam destruição e desgraça.

Por isso é tão importante que defendamos a paz.

Mais: que lutemos todos os dias pela paz que só se alcança com diálogo e diplomacia; a paz que só é possível sem agressões e com o respeito por todos.

Em Setúbal, trabalhamos incessantemente para assegurar uma vivência comum pacífica, resistindo sempre a todas as tentativas de transplantar para o nosso território conflitos que condenamos e rejeitamos.

Fazemo-lo acolhendo da melhor forma todos os que nos procuram, seja porque fogem da pobreza, seja porque é aqui que procuram encontrar melhor vida, seja porque fogem da guerra.

A paz constrói-se, primordialmente, antes das guerras.

Defendê-la, mobilizando e reunindo todas as vontades empenhadas nesta causa plena de atualidade e importância, é, hoje, uma missão da maior importância em que reafirmamos o nosso empenhamento, o mesmo empenhamento de quem se empenha em defender os valores da revolução de Abril, uma revolução que se fez também para acabar com uma guerra.

Assim, nas vésperas de afirmarmos uma vez mais a imperiosa necessidade de defender a Paz no Dia Internacional que lhe é dedicado pelas Nações Unidas, Setúbal apela a que cessem as guerras que assolam povos por todo o mundo, que causam a morte, a miséria, a fome e a doença.

Setúbal trabalha na defesa e na promoção dos valores da Paz.

Esta moção deverá ser publicada na imprensa local e regional”.

Sr. Presidente – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 24 a 27.

**“Saudação
Mário Narciso**

A Câmara Municipal de Setúbal saúda e felicita o selecionador nacional de Futebol de Praia, Mário Narciso, pelo triunfo em mais uma Liga Europeia de Futebol de Praia.

O treinador setubalense consegue assim o quinto título nesta competição. Um palmarés verdadeiramente invejável e glorioso.

Na fase final desta Liga Europa, a seleção nacional venceu e convenceu com resultados quase sempre a rondar a goleada. 11 a 4 frente à Suíça, 7 a 3 contra a Bielorrússia e 5 a 1, na final, frente à Itália, demonstram bem o nível de excelência a que a equipa das quinas se apresentou.

Por uma vez mais ter levado tão longe o nome de Portugal e, simultaneamente, da cidade de Setúbal, a Câmara Municipal endereça os parabéns a Mário Narciso e congratula-se com mais este excelente resultado desportivo”.

**“Saudação
Pedro Pichardo**

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o atleta Pedro Pablo Pichardo pela conquista da Liga Diamante, em atletismo.

O atleta, que faz a sua preparação física no Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, foi o vencedor no Memorial Van Damme, a etapa de Bruxelas da Liga Diamante, conquistando assim o triunfo na época 2023-2024.

Esta é a terceira Liga Diamante conquistada por Pedro Pichardo que já tinha vencido o circuito em 2018 e 2021.

Depois da medalha de prata conquistada nos Jogos Olímpicos de Paris, Pedro Pichardo fecha com chave de ouro mais uma época em que esteve ao mais alto nível.

Por continuar a ser um verdadeiro estandarte do desporto nacional e por ser um exemplo para os jovens que se dedicam à prática do atletismo e do desporto em geral, Pedro Pichardo merece, uma vez mais, as felicitações do Executivo Municipal”.

“Saudação

Saudação Dia Mundial do Turismo – Dia 27 de setembro

A Câmara Municipal de Setúbal felicita todos os agentes locais que têm contribuído para o sucesso e reconhecimento de Setúbal como um destino autêntico, sustentável e de qualidade.

Este ano, o Dia Mundial do Turismo, assinalado pelo Turismo da ONU, que se celebra a 27 de setembro, tem como tema “Turismo e Paz”, promovendo a paz global através do turismo responsável e enfatizando a importância da compreensão intercultural e da cooperação internacional.

A busca pela paz é um esforço contínuo e o progresso através do turismo é mais relevante do que nunca. O setor pode desempenhar um papel vital como catalisador para promover a paz e o entendimento entre nações e culturas e no apoio a processos de reconciliação.

Em Setúbal, temos dado o nosso contributo no respeito e promoção da interculturalidade ao longo de todo o ano e as gentes do nosso concelho sabem receber de braços abertos todas as culturas.

No Dia Mundial do Turismo o município de Setúbal reforça estes valores para que a região continue a ser atrativa no país e no mundo, quer seja para visitar, viver ou investir.

Os dados oficiais do INE, para o Turismo em Setúbal, voltam a superar as expectativas no 1º semestre deste ano, resultado da estratégia municipal de promoção da identidade com sustentabilidade, e do trabalho de toda a comunidade local e dos agentes económicos, que, diariamente, prestam um serviço de qualidade.

Com o contributo individual de cada um afirmamos com orgulho, no turismo interno e externo, uma marca distinta para o destino Setúbal”.

“Saudação

Saudação: aniversário da empresa José Maria da Fonseca

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a empresa José Maria da Fonseca Vinhos, pelo seu 190.º aniversário, que se assinala a 28 de setembro.

Fundada em 1834, José Maria da Fonseca Vinhos S.A., é a empresa de vinhos de mesa e generosos mais antiga de Portugal, sob a égide de “vinhos de FAMÍLIA. FAMÍLIA de vinhos”. Assumido como um desígnio permanente pelas 8 gerações da família, a empresa comercializa os seus vinhos em todos os continentes, levando, assim, o nome da cidade para além do território de Setúbal e Azeitão.

Na atividade vinícola, destaca-se, igualmente, pelo seu interesse em incorporar na sua produção um investimento constante, seja na investigação, como nos processos de desenvolvimento e de sustentabilidade ambiental, continuando a aliar, desta forma, as mais modernas técnicas ao saber tradicional.

O município felicita e saúda a José Maria da Fonseca Vinhos pela dedicação e trabalho em prol da produção de vinhos de reconhecido prestígio nacional e internacional”.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquelas moções e saudações tem vindo, também, a ser apresentadas no período antes da ordem do dia pelos vereadores do Partido Socialista, e, na conclusão dessas Moções ou Saudações, eram os Vereadores do Partido Socialista que saudavam porque não existia uma deliberação dessa saudação, essas saudações que eram apresentadas vinham em nome do Município, não foram alvo de uma deliberação, portanto, não poderiam ser em nome do Município.

Podiam ser no seu nome próprio, poderiam ser em nome dos vereadores da CDU, mas para terem um ato deliberativo, força deliberativa, tinha de estar incluída, como vinha naquele dia uma Moção apresentada pelo senhor Presidente no período da ordem do dia, ela tinha que estar na ordem do dia para ser votada.

Por esse motivo, o que quis afirmar em nome dos vereadores do Partido Socialista, era que subscreviam aquelas saudações apresentadas pelo senhor Presidente, envolvendo todo o Município, e naquele caso bem, a Câmara Municipal, e concordavam com todas aquelas saudações e com aquela moção. Aquilo que já teria passado despercebido de alguns, porque o senhor Presidente não leu, era que na Moção apresentada ela trazia no seu final: *“esta Moção deverá ser publicada na imprensa local e regional”*.

Questionou se sempre que os Vereadores do Partido Socialista, dali para a frente, trouxessem uma moção, que viesse também ela a vincular o Município, nos mesmos termos em que o senhor Presidente tem apresentado moções e saudações e, se depois no final dessa moção estivesse: *“esta moção deverá ser publicada na imprensa local e regional”*, sem que a mesma tivesse sido votada, sem que tenha havido uma deliberação, se ela também seria publicada na imprensa local e regional.

Sr. Presidente – Disse que relativamente àquela moção quem transcreveu incluiu aquilo que ele escreveu. Falavam de uma moção sobre o Dia Internacional da Paz. Quando escreveu aquilo não tinha dúvidas que todos os senhores Vereadores a subscreviam, mas foi uma indicação que deu aos serviços e, que passou transcrita. Como viu, não fez isso em mais nenhuma. Os temas que ali estavam, e que alguns foram apresentados também pelos senhores Vereadores, eram temas suficientemente importantes, e não tinha dúvidas que os senhores Vereadores subscreviam. Eram apresentadas pelo Presidente da Câmara, o Presente da Câmara representava o Município, e foi nesse sentido, exceto se os senhores Vereadores decidissem o contrário, não podia falar: *“neste caso ou naquele, mas isso necessário que os senhores Vereadores dissessem que não subscreviam”*, era publico, lia e falava em nome da Câmara Municipal, foi nesse sentido. Ainda bem que colocou a questão, não tinha nenhum problema sobre isso.

O Presidente da Câmara, ali ou em qualquer outro lado, representava o Município. Lia uma moção ou saudação e, se algum dos senhores Vereadores não concordasse, expressava e deixava imediatamente de ser em nome do Município.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse achar que já tinha feito aquela intervenção. Havia duas questões, uma que o senhor Vereador Fernando José levantou, sobre a publicação das moções e, outra sobre a designação, sobre o título que davam ao documento. Pensava que aquilo tinha sido uma *“invenção”*, no anterior mandato, de haver moção que não eram votadas, que era uma coisa que não tinha ideia de ver noutra qualquer órgão. De acordo com aquilo que era a sua experiência, as moções eram votadas.

Daquilo que se recordava, e não exerceu as funções de Vereador no mandato anterior, tinha-se entendido por proposta da anterior Presidente de Câmara que haveria moções que não seriam votadas, portanto, não eram moções, eram declarações, e isso era outra questão.

Pensava que talvez fosse importante, e, nessa altura poderiam também fazer uma alteração ao regimento, no sentido de que as moções pudessem ser apresentadas, obviamente com algum tempo para poderem ser analisadas pelas várias forças políticas, mas que dessas moções e da sua deliberação, aí, sim, decorresse a sua publicação, ou não, daquilo que era apresentado. Obviamente que, se a comunicação social estivesse a ver, poderia também publicar sem ser pago, até era mais prático e talvez saísse com outra apresentação, até mais interessante do que apenas o texto puro e duro. Pensava que a designação moções, e ali talvez o senhor Presidente estivesse excluído da responsabilidade, não estava no órgão no mandato anterior, tinha sido uma confusão que se gerou porque se entendeu, por alguma razão que já não se recordava e que lhe tinha sido explicado, evitar que algumas coisas fossem votadas, mas isso era uma declaração não era uma moção. Uma moção era para ser votada.

Quis deixar isso para o futuro, não tinha nada que ver com o conteúdo nem sequer com o tema que o senhor Presidente abordou. Talvez fosse um preciosismo, mas poderia evitar problemas em futuras apresentações de questões menos consensuais

Sr. Presidente – Disse confessar que foi uma situação que lhe foi colocada, que as moções, todos aqueles documentos que eram apresentados no período antes da ordem do dia não eram votados, mas não era jurista.

Referiu que iria avaliar efetivamente se obedecia a uma regra estabelecida do mandato passado, ou se obedecia a alguma outra coisa do ponto de vista jurídico. Iria avaliar e depois transmitiria aquilo que concluísse juntos dos serviços, para não haver confusões.

O Sr. Presidente – Apresentou o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 28:

“VOTO DE PESAR

Bombeiros falecidos no combate aos incêndios ocorridos em Setembro de 2024 no centro e no norte do país e vítimas destes fogos

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento, entre os dias 15 e 17 de setembro, de quatro bombeiros envolvidos no combate aos incêndios que lavram nas zonas centro e norte do país e que, à data de hoje, envolvem 5000 operacionais e 1600 viaturas no combate às chamas. Manifesta, igualmente, pesar pelo falecimento de várias pessoas nestes violentos incêndios.

O caso mais grave, no que aos bombeiros diz respeito, registou-se com três soldados da paz da corporação de Vila Nova de Oliveirinha, no concelho de Tábua, quando combatiam um incêndio em Nelas, no distrito de Viseu.

No domingo, dia 15, um bombeiro da corporação de São Mamede de Infesta, no concelho de Matosinhos havia sido vítima de morte súbita, na pausa para refeição no combate que travava contra o incêndio que lavrava na freguesia de Pinheiro da Bemposta, no concelho de Oliveira de Azeméis.

Com o pesar que manifestamos, endereçamos também uma palavra de sentida homenagem a todos os homens e mulheres que assumem a nobre missão de, como bombeiros, defender a vida dos outros colocando em risco as suas próprias vidas.

Nos últimos 44 anos, como revelou a Liga dos Bombeiros Portugueses, morreram em serviço, em média quase seis bombeiros por ano, num total de 254 soldados da paz. Tais números evidenciam o risco que correm estes homens e mulheres que temos a obrigação de continuar a apoiar.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça às famílias dos bombeiros falecidos, bem como às associações de bombeiros que integravam, e às famílias de todos os que foram mortalmente vitimados por estes incêndios, sentidas condolências”.

Fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Deliberação n.º 522/2024 – Proposta n.º 38/2024 – GAP – CP 23/2024/DOM – Empreitada de “Construção do Campo Júlio Tavares - Praiense” - Decisão de extinção do procedimento de Contratação Pública - Ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 10/09/2024**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 32.



Sr. Presidente – Disse que aquela proposta era sobre a decisão de extinção de procedimento de contratação pública e a ratificação do despacho do Presidente da Câmara relativamente à "Empreitada de Construção do Campo Júlio Tavares", aprovada na reunião de 14 de agosto, que tinha a ver com o facto de a proposta ter vindo à Câmara Municipal, tendo sido aprovada, mas não tinha em anexo, nem considerava o parecer do ICNF que a Câmara solicitou, mas que, por lapso, não tinha sido incluído.

O parecer tinha sido solicitado ao ICNF em 24/06/2024, mas só tinha sido emitido a 22/08/2024, oito dias após a reunião de Câmara. Foi necessário fazer um despacho para que o procedimento que decorria cessasse, para que não houvesse concorrentes e levasse a consequências maiores.

Certamente que tiveram oportunidade de verificar o parecer do ICNF, havia que fazer alguma alteração à proposta.

Naquele dia vinha a ratificação do seu despacho e em próxima reunião de Câmara viria a proposta já com o parecer do ICNF.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que sobre aquele processo de requalificação do Campo Júlio Tavares, nas Praias do Sado, depois de 3 anos de supostas negociações/conversações, entre o executivo municipal e a empresa DATAREDE, tinha sido decidido alterar o anexo 9. O anexo 9 era, para quem desconhecia, uma contrapartida que a empresa tinha de dar, tinha de oferecer à cidade por força da assinatura do contrato de concessão do estacionamento tarifado por 40 anos, com brutal aumento do estacionamento tarifado em 500%.

A empresa aquando da assinatura, em maio de 2021, entregou à Câmara Municipal mais de 4 milhões de euros e ficou, também, com a responsabilidade de no prazo de um ano avançar com a construção de uma contrapartida.

O senhor Presidente, e bem, na análise que fez com o mesmo executivo que vinha do mandato anterior, reconhecer que o que estava previsto para o auditório do Largo José Afonso, com um projeto, existia um projeto, não fazia sentido, e, decidiu avançar com uma obra que passado 3 anos, sobre a assinatura do contrato, mas passados muitos e muitos anos, vinha considerar essa obra como muito urgente, uma obra muito urgente nas Praias do Sado.

Tinha sido dito, pelo senhor Presidente, em reunião de Câmara Municipal, mas também de Assembleia Municipal, de que a Câmara, dada a urgência de requalificação daquele complexo desportivo, tinha de avançar para um pedido de financiamento, porque a empresa rejeitou a requalificação daquele espaço, ou seja, rejeitou a alteração do anexo 9.

E, esse foi o motivo pelo qual a Câmara Municipal não ficou à espera que a empresa avançasse com a construção, porque a empresa rejeitou essa alteração ao anexo 9, e tinha de avançar urgentemente para um pedido de empréstimo, que os Vereadores do Partido Socialista e, também na Assembleia Municipal os deputados do Partido Socialista votaram contra, não contra a requalificação do campo, já prevista no anexo 9, mas sim contra um pedido de empréstimo para algo que já estava previsto, o seu financiamento, mas tinha-lhes sido dito que a empresa recusou. Esse era também um dos motivos pelos quais solicitaram essa reunião privada.

Tinham um documento, que lhes foi entregue pela empresa datado do dia 24 de abril de 2024, e esse documento era uma resposta da empresa à intenção da Câmara Municipal de Setúbal em avançar com a modificação do contrato, nomeadamente no que dizia respeito ao anexo 9. E, em resposta à Câmara Municipal, disse a empresa: *"Relativamente à proposta de beneficiação do equipamento desportivo localizado na Freguesia do Sado, em detrimento da obra no Auditório José Afonso, a Datarede poderá dar o seu acordo ao mesmo, como manifestação da sua postura construtiva e de boa-fé que tem mantido em toda a execução do contrato. Aliás, prova disso mesmo é o facto de a Datarede já ter contratado o projeto de execução para os trabalhos de beneficiação do equipamento desportivo, localizado na Freguesia do Sado"*.

Portanto, por aquilo que ali estava, não seria verdade que a empresa manifestou a sua discordância quanto à requalificação daquele espaço e, cabia perguntar se o projeto que existia atualmente, e que teria de ser alterado, se esse projeto, tinha sido efetivamente pago pela empresa DATAREDE? Se esse projeto, era um projeto que tinha sido suportado pela empresa, e tendo sido esse projeto suportado pela empresa perguntar: *“como é que a Câmara Municipal de Setúbal, certamente que será fácil, mas a pergunta fica, como é que a Câmara Municipal de Setúbal vai fazer agora a alteração desse projeto face ao parecer que nos chegou agora?, e, se a Câmara Municipal de Setúbal face a algo que está numa cortina de fumo, algo pendurado, que é a alteração ao anexo 9, porque há uma alteração ao anexo 9, existe uma deliberação em reunião de Câmara, que pelos vistos também terá de ser alterada.”*

Tomaram ali uma deliberação com base num projeto de requalificação, que segundo o ICNF agora esse projeto tinha de ser alterado. E, não era só relativamente a uma questão de arrumos, havia outras questões que eram levantadas pelo ICNF, não era só a questão dos arrumos, existiam outras questões.

Acreditava que a Câmara, através dos seus técnicos, facilmente conseguiria dar resposta, mas essa resposta teria de ser enquadrada em quem tinha feito aquele projeto. Portanto, ficavam aquelas perguntas, nas dúvidas que tinham e que queriam esclarecer, com maior densidade nessa reunião privada, mas que provavam que toda a urgência e todo o dramatismo que o senhor Presidente tinha colocado naquela questão eram esbatidos, porque efetivamente a empresa tinha disponibilidade para avançar e a Câmara Municipal acabava por avançar, mas sem uma parte importante que era o parecer do ICNF, e agora tinha de retirar, portanto, avançava, recuava, e acabava por ser um pouco o espelho daquele mandato perdido que era o avançar, o recuar, para no final não fazer nada.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador repetia as coisas 50 vezes.

Disse que não subscrevia nada daquilo que o senhor Vereador disse, para não ficar dúvida nenhuma sobre alguma coisa verdade, outras menos, outras mais ou menos. Todas as dúvidas que colocava, e colocava porque o senhor Vereador se colocava na posição não de Vereador da Câmara Municipal, mas de defensor da empresa, porque foi isso que o senhor fez.

Que ficasse bem claro que não subscrevia nada daquilo que o senhor Vereador disse, mas iria esclarecer naquilo que era necessário ser público, já que o senhor trouxe a questão, e da forma como a colocou, ia muito sinteticamente dizer o que estava ali em causa.

Como já tinha dito, várias questões colocadas à empresa, logo desde o início daquele mandato com as quais não concordavam, e, portanto, solicitaram junto da empresa a perspetiva de saber se a empresa concordaria com eles, e como poderiam fazer essa alteração.

Já tinha ouvido dizer ao senhor Vereador Fernando José que concordava com aquela visão deles de não haver aquela intervenção no Parque José Afonso, já o ouviu dizer isso, e, portanto, afinal a iniciativa que tomaram junto da empresa o senhor também a subscreveu, pelo menos já o disse em reunião de Câmara algumas vezes, depois fazia as suas deambulações sobre o que lhe interessava e, era por causa disso que dizia que não subscrevia nada daquilo que o senhor vereador disse.

Era preciso falar, na verdade, das coisas e sobre os factos, e, como já tinha dito, a empresa sempre disse que estava de acordo com as propostas que eles faziam, com várias, e também com aquela, e insistiram, porque era necessário avançar, designadamente com aquela obra do campo, e, a empresa até tomou a iniciativa junto de um gabinete da especialidade, de indicar esse gabinete à Câmara Municipal para que os técnicos da Câmara Municipal propusessem os termos da intervenção no campo. E, foi isso que os técnicos da Câmara Municipal fizeram junto desse gabinete.

O projeto que tinha sido elaborado por esse gabinete foi segundo as orientações dos técnicos da Câmara Municipal.

O que aconteceu foi que a empresa, como já tinha repetido várias vezes, nunca mais deu andamento a nenhum processo e, isso levou a que trouxessem a reunião de Câmara uma proposta, aprovada com o voto de todas as forças políticas ali representadas, uma proposta no sentido de levar a empresa a assumir aquilo que disse concordar, tinha até manifestado iniciativa no sentido de dar andamento à proposta que fizeram, mas não deu mais nenhum andamento ao processo.

Estava em causa os compromissos com as populações, e uma vez que passou mais de um ano e a empresa não deu andamento àquele processo, trouxeram ali a proposta aprovada por unanimidade.

E, deram um prazo à empresa, nessa deliberação, a Câmara deu um prazo à empresa, para a realização da obra, o projeto estava pronto e, a empresa respondeu que não conseguia dar resposta no tempo que a Câmara Municipal propôs, e, os técnicos da Câmara Municipal solicitaram à empresa a informação de quanto tempo é que seria necessário para a empresa dar início à obra e aguardavam resposta até àquele dia.

As decisões e iniciativas deles eram coisa séria, e quando propunham aos senhores vereadores para aprovarem deliberações, eram deliberações baseadas em factos e com suporte jurídico.

Decidiram pedir um empréstimo para fazer aquela obra, e ao contrário que o senhor Vereador disse, o PSD não votou contra na Assembleia Municipal o pedido de empréstimo para a realização daquela obra.

Tinham um compromisso com as populações de construir aquele campo, propuseram à empresa e a empresa disse concordar, mas mais deu um passo em frente para a realização daquele compromisso.

Tomaram a deliberação de obrigar a empresa a fazer a obra nos termos dos entendimentos que houve, isso tinha sido explicado aos senhores vereadores, a empresa disse que não tinha condições para realizar a obra no tempo que a Câmara Municipal lhe propunha e, os serviços municipais perguntaram qual o tempo que a empresa precisava para fazer a obra, e a empresa até àquele momento não respondeu. Aqueles eram os factos.

Pediram um empréstimo, tinha sido aprovado, e a obra ia avançar. Houve aquele lapso de não incluir na proposta o parecer do ICNF, tratava-se de uma pequena alteração, tratava-se de uma construção em alvenaria, que de acordo com o que aparecia no parecer e, no local que estava proposto, não era possível nos termos do regulamento do plano da área protegida, e, portanto, tratava-se de alterar.

Os serviços iriam elaborar a proposta no sentido de dizer as condições em que essa obra haveria de ser feita, naturalmente, acolhendo o parecer e as conversações que teriam de ser feitas com o ICNF, para que não houvesse dúvidas, e era por isso que em próxima reunião os serviços trariam a proposta para ser aprovada, correspondendo àquilo que eram as exigências do parecer do ICNF, para se avançar com aquela obra que era um compromisso que a Câmara Municipal tinha com as populações, pelo menos o executivo Municipal tinham com aquelas populações.

Isso era uma determinação que sempre disseram que fariam e que levariam até às últimas consequências.

Era isso que estava em causa, face a esse lapso de não incluir na proposta anterior o parecer do ICNF, fez um despacho no sentido de imediatamente intervir na plataforma do concurso público para não haver propostas a ser apresentadas e isso tinha-se conseguido e naquele dia trazia a proposta para ratificação.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os Vereadores do Partido Socialista estavam naquela câmara, tal como estiveram no passado, sempre e só na defesa dos interesses de Setúbal e dos setubalenses.

Não admitiam ao senhor Presidente, que votou favoravelmente um contrato de concessão por 40 anos e com um brutal aumento de 500%, que desenhou aquele mesmo contrato que penalizava os setubalenses e que não contribuía em nada para a melhoria da mobilidade, mas sim para castigar os setubalenses.



Disse que não admitia ao senhor Presidente o tipo de atordoadas que atirava para cima dos Vereadores do Partido Socialista, porque os Vereadores do Partido Socialista votaram contra aquele contrato que era lesivo para Setúbal e para os setubalenses. Os Vereadores do Partido Socialista não desenharam o anexo 9, mas sim o senhor Presidente enquanto vereador do urbanismo.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador deveria ter mais respeito, deveria dizer a verdade, não mentir aos setubalenses, nem aos senhores Vereadores. Não era verdade e o senhor Vereador sabia que não era verdade, porque não estava na Câmara Municipal quando tinha sido elaborado o contrato com a DATAREDE.
Disse que se tratava de acusações falsas.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou se era ou não verdade que o senhor Presidente tinha sido vereador do urbanismo no mandato de 2013/2017.

Sr. Presidente – Disse que era verdade.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou se era ou não verdade que aquele contrato estivera a ser preparado, em termos das zonas que seriam tarifadas e em termos das contrapartidas que a empresa viesse a assumir no mandato em que o senhor Presidente era vereador do urbanismo.

Sr. Presidente – Disse que em vez do senhor Vereador fazer aquelas acusações, que lhe ficavam mal na representação do seu partido, deveria ir ver quais foram as duas propostas que apresentou para estacionamento tarifado no município de Setúbal.
O senhor Vereador deveria verificar e comparar as propostas que apresentou enquanto vereador do urbanismo e a proposta aprovada na altura pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. O senhor Vereador fazia intervenções e colocava-se na aventura o que lhe ficava mal, porque era uma má representação do partido que o senhor Vereador Fernando José representava.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou se poderia continuar.

Sr. Presidente – Disse que poderia continuar desde que não voltasse a dizer mentiras e a acusar com falsidades

Sr. Vereador Fernando José – Disse ser verdade que o senhor Presidente da Câmara Municipal, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, votou favoravelmente. Esperavam que não tivesse sido por solidariedade, mas por convicção, votou favoravelmente.

Sr. Presidente – Disse ser uma consideração que o senhor Vereador fazia e as considerações que o senhor Vereador fazia ficavam com elas. Disse terem que ter a responsabilidade naquilo que diziam em reunião de câmara, sem mentir nem especular. O senhor Vereador tinha todas as condições de fazer declarações públicas, dar entrevistas fora da reunião de câmara, expressando a sua opinião, no entanto, em reunião de câmara teria que ter contenção e sobretudo não fazer acusações falsas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente deveria ter tido contenção, quando fizera as acusações na anterior intervenção aos Vereadores do Partido Socialista.
Na verdade, o senhor Presidente da Câmara enquanto Presidente da Assembleia Municipal votou favoravelmente e os Vereadores do Partido Socialista bem como os deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal estiveram sempre contra, porque consideravam que aquele contrato de concessão por 40 anos, com um brutal aumento de 500%, não acautelava o interesse público, não acautelava os interesses de Setúbal e dos setubalenses.

Naquele contrato estava previsto a não urgência da requalificação do Campo nas Praias do Sado e o senhor Presidente votou favoravelmente.

Disse estar previsto uma contrapartida de requalificação do Auditório do Largo José Afonso e foram os Vereadores do Partido Socialista que nas primeiras reuniões do mandato, levantaram a questão do anexo 9 e da necessidade do anexo 9 ser alterado. O senhor Presidente entrou em negociações com a empresa. Os vereadores do Partido Socialista não subscreveram absolutamente nada, apenas alertaram para a necessidade de se evitar um erro, que era fazer uma requalificação no Auditório do Largo José Afonso. Quando os vereadores do Partido Socialista levantaram a questão, tal como constava em ata, o senhor Presidente disse que iria avançar com conversações com a empresa, no entanto, decorreram três anos.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que poderia contar as suas histórias fora da reunião de câmara, em conferências de imprensa, onde quisesse, mas na reunião de câmara o senhor Vereador insistia, repetia as coisas 50 vezes, dizia mentiras e fazia acusações falsas. Ficava-lhe mal até na representação do Partido Socialista.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não aceitavam nem admitiam o tipo de adjetivação que o senhor Presidente utilizava, achavam que não era digno para uma reunião de câmara nem para quem dirigia.

Questionou o senhor Presidente se aquilo que estava em causa era apenas a questão dos arrumos, porque leram o parecer do ICNF e concluíram que seria mais do que isso. O senhor Presidente falava apenas de um edifício que não poderia constar do projeto, mas era algo mais do que isso, por essa razão pretendiam um esclarecimento.

Questionou quem pagou o projeto, porque o senhor Presidente dissera que foi indicada uma empresa e que os técnicos da câmara trabalharam com a respetiva empresa, no entanto, desconheciam quem pagou o projeto. Pretendiam saber qual iria ser o enquadramento relativamente àquela questão, porque alguém pagou o projeto, o qual teria de ser alterado.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que ficou pouco esclarecida, porque se por um lado colocava em causa o anexo 9, os senhores vereadores que tiveram a iniciativa de colocar uma alternativa ao anexo 9, tinham dúvidas da necessidade de urgência. O senhor vereador tivera uma série de dúvidas sobre o anexo 9 e da urgência que consideravam em alternativa ao anexo.

Quanto ao parecer do ICNF, que estava em anexo, referia claramente que não deveria ser considerada construção em alvenaria que correspondesse aos arrumos, tendo que ser retirado do projeto. O referido parecer pedia esclarecimentos relativamente à relva e ao tipo de iluminação a utilizar no campo. Todos aqueles esclarecimentos seriam prestados ao ICNF, no sentido de ultrapassar e cumprir todos os requisitos que deveriam ser considerados. Disse que existiram conversas prévias com o ICNF e certamente tudo aquilo estaria consensualizado, posteriormente foram colocadas questões que não foram acauteladas. Obviamente que o projeto teria de ser adaptado para cumprir os requisitos indicados no parecer do ICNF. Aquilo era o que faziam em todos os projetos e os procedimentos que tinham em curso na câmara.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que deliberaram a decisão do senhor Presidente para que fosse assumida pela Câmara Municipal, sendo uma ratificação. Mencionou que viabilizaram o empréstimo para que aquela obra se fizesse, porque para a sua bancada era pressuposto que obra fosse feita, quer através da câmara ou da concessionária, tal como tinha sido votado no famoso anexo 9, sendo que a sua concretização foi defendida no programa eleitoral do PSD.

Referiu que aquela deliberação visava a extinção do procedimento, poderia ser uma oportunidade, no âmbito daquilo que iria ser a reunião de análise da relação com a concessionária, para verificar em que termos é que a sua concretização seria possível.

A questão que o senhor Vereador Fernando José levantou foi muito relevante, no sentido de saber se a empresa concessionária, que tinha a obrigação de acordo com uma deliberação tomada em reunião de câmara.

Disse que no dia anterior tiveram conhecimento de viva-voz, que o representante da empresa estaria disponível para assumir aquela responsabilidade, podendo ser uma boa oportunidade para iniciar a análise entre aquilo que era a relação entre a concessionária e o município.

Sr. Presidente – Disse que o interlocutor com a empresa era o executivo, no entanto, não significava que no âmbito dos partidos e dos Vereadores que faziam parte da Câmara Municipal não fossem feitas reuniões, para que trocassem informação e ponderassem sobre alguns dos pontos. Acabou de dizer que a Câmara Municipal deliberara que a empresa tinha de fazer a obra, dando um determinado prazo à empresa, sendo que a empresa informara que o prazo era curto para fazer a obra.

A câmara solicitou à empresa que lhes informasse qual seria o prazo que necessitaria para fazer a obra, no entanto, até ao presente não obtiveram resposta, mas agora a empresa dizia que tinha disponibilidade para fazer a obra.

No entanto, não se sabia por quanto tempo, se seria por quatro ou dez anos. A situação teria que ser bem clara, porque a empresa tinha uma responsabilidade contratual, assim como a Câmara Municipal. Significava que tudo aquilo não era ao sabor da empresa.

A câmara defendia o interesse público, a câmara dera à empresa todas as condições, segundo as conversações e a disponibilidade que a empresa manifestara para avançar com as obras.

Disse que à cerca de ano e meio deram à empresa tempo para iniciar a obra, mas a empresa não fizera. Referiu haver responsabilidade da empresa e que a Câmara Municipal na defesa do interesse público não podia perpetuar aquela situação e a empresa tinha responsabilidades no cumprimento do contrato, tinha responsabilidades no cumprimento daquilo que eram as decisões da Câmara Municipal.

A empresa acionou um processo no tribunal relativamente à decisão da Câmara Municipal. Disse estarem tranquilos e que os tribunais haveriam de tomara a respetiva decisão.

O compromisso que tinham com as populações era para ser cumprido e deram tempo demais para a empresa ter todas as condições, não o fizera e nem sequer dera resposta à última carta, para que lhes informassem quanto tempo precisavam para fazer a obra.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que todos ali defendiam o interesse público e quando mencionou que receberam um determinado município e naquele caso um representante de uma concessionária de um estacionamento tarifado, era no sentido de tentar perceber, não pondo em causa a palavra do senhor Presidente, mas no sentido de que aquela deliberação era uma oportunidade, para no âmbito daquilo que era reunião que solicitaram e que o senhor Presidente concordara, verificarem toda a complexidade de direitos e deveres que a concessionária tinha e que estaria, ou não, disponível para cumprir.

Apenas naquele sentido, não representavam nenhuma empresa, mas tentavam que o interesse público fosse salvaguardado na sua integralidade, porque não havia nenhuns donos da verdade.

Referiu defenderem pontos de vista, mas pretendiam objetivamente atingir todo o interesse público. Teria de ficar claro qual seria a posição da sua bancada, não eram representantes nem mandatários de ninguém, apenas teriam que averiguar que as coisas estivessem todas *certinhas*, para que ficasse claro em ata.

Sr. Presidente – Disse que a partir do momento em que houvesse a adjudicação da obra mudaria as responsabilidades, mas enquanto não houvesse a adjudicação da obra, a empresa teria sempre a oportunidade de manifestar formalmente que estariam disponíveis para avançar com a obra.

Referiu que o compromisso era servir o interesse público e os compromissos que estabeleceram eram sagrados, nos limites das suas possibilidades. A empresa não cumpriu

os prazos, por essa razão deliberaram que a empresa deveria fazer por conta de um compromisso que assumira.

Estavam todos de acordo que aquela obra que estava no contrato, não era a obra adequada, aquela questão foi colocada à empresa, a qual nunca lhes dissera que não estariam de acordo e tivera a iniciativa de lhes indicar um gabinete para que os serviços técnicos da Câmara Municipal pudessem contribuir para a elaboração do projeto.

Os técnicos elaboraram o projeto que tinha um pequeno problema o qual seria alterado, mas a empresa tivera todas as condições para assumir a sua responsabilidade.

Apesar daquele processo estar em tribunal, o qual terá sido acionado pela empresa, no entanto, a Câmara Municipal iria apresentar uma proposta para criar uma equipa técnica, que pudesse ser mandatada para negociar com a empresa a reponderação do contrato, porque existiam consequências financeiras nas alterações do contrato, sendo que umas ficariam com um encargo maior da Câmara Municipal outras ficariam com um encargo maior da empresa, pelo que tudo teria de ser avaliado.

Tudo aquilo demonstrava bem a disponibilidade e o empenhamento. Se a Câmara Municipal tinha um contrato para gerir durante 40 anos, por deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal, a melhor relação que no futuro pudesse existir entre a Câmara Municipal e a empresa, seria bom para a empresa, para a Câmara Municipal e era bom para as populações do município de Setúbal. Uma situação conflitual ao longo de 40 anos não abonaria a ninguém, daí o empenhamento e disponibilidade por parte da Câmara Municipal para aprovar uma proposta em reunião de câmara, para a criação de uma equipa mandatada para reponderar aquele contrato, aprofundando todas as consequências que isso tivesse no âmbito do contrato.

A Câmara Municipal assumia aquela responsabilidade, sempre na defesa daquilo que era o fundamental do funcionamento, do bom nome e da estabilidade financeira da Câmara Municipal.

Pretendia que ficasse bem claro que o executivo tinha a responsabilidade de gestão e que haveria de assumir sempre aquilo que era a responsabilidade das decisões dos Órgãos Autárquicos. Os órgãos competentes aprovaram o contrato e quem vinha a seguir teria a responsabilidade de gerir o contrato na defesa do interesse público e do interesse das populações, podendo propor à empresa uma reponderação do contrato.

Disse ser um caminho que se teria de fazer de compatibilização de interesses, em que o interesse privado também teria de ser considerado, porque era a outra parte do contrato, porque a parte da Câmara Municipal, na defesa do interesse público e das populações, seria sempre salvaguardada.

Tratava-se de uma proposta de transição para que não houvesse nenhuma penalização para os concorrentes, nem para a Câmara Municipal, ao aprovarem a abertura do procedimento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 523/2024 – Proposta n.º 39/2024 – GAP – Moção - Defender a Autonomia do Poder Local, rejeitar a imposição de tarifas pela ERSAR

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a moção refletia a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, os Vereadores do Partido Socialista acompanhavam na íntegra e sem qualquer reserva.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse ser muito importante saber-se que a rejeição da fixação do tarifário pela ERSAR tinha sido aprovada por unanimidade na Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo posições públicas pela Câmara Municipal do Porto, de Braga, do Entroncamento, de outras Câmaras e até mesmo uma posição pública da Associação dos Autarcas do PSD, que tomaram uma posição contra a possibilidade da ERSAR se imiscuir na autonomia dos municípios, na definição das tarifas que eram um elemento essencial da vida económica dos municípios e da sua autonomia. Referiu que a moção era muito importante e que tinham de se proteger daquele tipo de ingerências inaceitáveis de entidades que vinham interferir na autonomia dos municípios.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que aquele tema se tornou num debate de aceso nos órgãos autárquicos. Independentemente daquela questão de fundo, verificaram existirem aumentos que eram muito acima da taxa da inflação, contrariamente ao que tinha sido afixado naquele momento. Aumentos de 39% e 27% era uma barbaridade.

Quando a tarifa não era refletida no preço, nomeadamente a componente dos resíduos na fatura da água, era o município que tinha de assumir aquele valor. Aquela alteração, tal como o senhor vereador Carlos Rabaçal identificou, que era imposta, não era assim tão diferente do que se passava até agora.

O problema estava em fixar taxas muito acima daquilo que eram os valores e estava a montante naquilo que era a forma do tratamento dos resíduos, que não era completamente eficiente e a sua aplicação dos 3 R's, ao qual o senhor Presidente conhecia bem, porque era ambientalista. Tratava-se de um caso problemático, não era só do Município de Setúbal, por essa razão compreendia a preocupação.

Disse ser importante saber da parte do senhor Presidente ou do senhor Vereador Carlos Rabaçal, uma vez que era responsável pelos Serviços Municipalizados, o que se iria passar no futuro em termos de tarifação dos resíduos e em relação àquela situação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o que estava em causa não era o valor daquela taxa, o que estava em causa era quem fixava as taxas.

Naquele momento, quem fixava as taxas da água, do saneamento e dos resíduos eram os municípios, nos sistemas em baixa, nos sistemas em alta eram as entidades em alta.

As entidades em alta e as entidades em baixa mandavam a tarifa para a ERSAR a qual emitia parecer, mas o parecer não era vinculativo, significava que o município ao entrar em alta poderia ajustar a sua tarifa de acordo com as suas necessidades.

Naquele caso concreto, estava em causa que enviaram a proposta de tarifa para a ERSAR e a ERSAR decidira qual era a tarifa. Aquele decreto-lei que ainda não estava publicado, mas que tinha sido aprovado em Conselho de Ministro em 8 de agosto, retirava aos municípios a capacidade de decidir a taxa, fosse ela qual fosse, sobre a água, o saneamento e os resíduos.

A questão que o senhor Vereador colocou conduzia a outra reflexão que eram as reflexões da ERSAR sobre o tarifário. A ERSAR tinha como tese que o tarifário da água, saneamento e resíduos era excessivamente baixo e que teria de crescer. Aquela decisão não era alheia ao pensamento da ERSAR, porque entendia que as tarifas deveriam ser mais altas, considerando que era aquilo que garantia a sustentabilidade do sistema.

Disse haver uma teorização que tinha sido feito ao longo de algum tempo, que redundou numa deliberação do Governo, dando poder à ERSAR de colocar no terreno a sua decisão, em vez dos municípios. O que estava em causa e era rejeitado por todos era não aceitar que entidades terceiras, que não os municípios, fixassem as suas taxas de água, saneamento e resíduos.

Sr. Presidente – Disse que aquilo que estava em causa era uma questão de princípio, pondo em causa a autonomia do poder local democrático. Na maioria do país existiam os sistemas multimunicipais, que por força da legislação que os criou, na altura 51% do capital e da capacidade de decidir era do Estado e com a privatização da parte do Estado, passaram a ser

as empresas privadas a decidir. Como os municípios estavam em minoria, apenas poderiam contestar, mas a deliberação era de quem tinha a maioria do capital. Aqueles temas decidiam quais seriam as tarifas e os municípios, por força de uma vicissitude, os municípios ficavam impedidos de poder decidir. As tarifas que a AMARSUL impunha na ordem dos 40%, não eram contrariadas pela ERSAR.

Disse ser inaceitável haver aumentos de 40% da tarifa, mas a ERSAR manifestou a ideia de que seria necessário aumentar as tarifas, independentemente das situações sociais que estivessem em causa. Admitia que houvesse municípios no país que fizessem a recolha e o tratamento dos próprios resíduos, que ainda gozavam de autonomia constitucional, que também ficariam impedidos de poder decidir, porque a ERSAR é que impunha. Aquela proposta contestava toda aquela forma, tendo como princípio que não fosse a ERSAR a decidir quais seriam as tarifas. Enquanto não se alterasse a situação dos sistemas multimunicipais que, por força da privatização da parte do Estado, eram aquelas empresas que continuavam a decidir as tarifas, pelo que reivindicavam que o Estado tivesse uma intervenção no sentido de que não fossem os grupos privados a tomar aquelas decisões.

No caso da proposta em causa era uma questão de princípio, que era bom que fossem salvaguardadas e era isso que estava em causa, sendo uma problemática mais alargada combaterem nas discussões havidas em reuniões de câmara relativamente ao aumento das tarifas que lhes eram impostas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

3. Deliberação n.º 524/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DMAGPE – Regulamento de Exploração de Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 a 36.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o diploma que fazia a delegação de competências era de 2018. Sendo questões correntes na vida das pessoas e dos municípios, seria bom que o executivo pedisse aos serviços para verificar que outras matérias foram delegadas e estavam ainda regulamentadas, porque passados seis anos era importante fazer essa verificação no sentido de dar cumprimento à lei.

Sr. Presidente – Disse ficar o registo para os serviços poderem ver outras matérias que, entretanto, tivessem sido transferidas para o município e que pudessem não ter sido desenvolvidos os procedimentos.

Tratava-se de um processo que se arrastava e de acordo com a iniciativa da Câmara Municipal começaram por solicitar a participação dos interessados. Ao logo daqueles dois anos em que aquele processo decorria não houve manifestação de interessados.

Finalmente terá havido condições para poder ir à reunião de câmara e posteriormente a sessão da assembleia, uma vez que se tratava de processos morosos.

Havia outros regulamentos que na sequência da legislação foram mais céleres, porque houve quem se constituísse como interessado e a sua participação permitia aos serviços elaborar a respetiva proposta.

Os serviços fizeram várias iniciativas mesmo junto de algumas entidades ou pessoas potencialmente interessadas para que se pudessem manifestar, mas mesmo assim não tiveram muita sorte, razão pela qual os prazos terão sido ultrapassados.



Sr. Vereador Paulo Calado – Disse conhecer bem aquela atividade, sendo difícil haver interessados no sentido de existirem empresas organizadas, porque habitualmente quem fazia sorteios promocionais ou concursos uma vez por ano, para promover um brinde ou um carro no Natal, era mais difícil que isso pudesse acontecer naqueles termos.

Recordou que houve uma batalha que não estava perdida, mas estava esquecida e aquando das transferências para os municípios anteriores àquela, um dos aspetos que não estava regulamentado na câmara e tinha muitos anos era a atividade de “Arrumador de Automóveis”, que dificilmente encontraria interessados, porque as pessoas interessadas só apareceriam depois do regulamento existir.

Seria uma atividade que se deveria regulamentar, porque era mais um imposto escondido, uma vez que, para além de pagarem os parquímetros, tinham de ajudar aos arrumadores informais que existiam pela cidade.

Sr. Presidente – Disse existirem duas ou três Câmaras Municipais que regulamentaram aquela prática. Na altura a Câmara Municipal de Setúbal decidira não avançar por razões relacionadas com a posição que tiveram relativamente àquela matéria. O senhor vereador introduziu a questão dos parquímetros para juntar a isto, que era uma das questões sérias.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que se tratava de mais uma herança de mandatos anteriores.

Sr. Presidente – Disse que a questão dos arrumadores era muito anterior, mas a questão dos parquímetros era mais recente.

Disse que aquela proposta veio à reunião de câmara de 22 de novembro de 2023, tendo deliberado dar início ao procedimento de elaboração do regulamento de exploração, porque a iniciativa anterior não tivera interessados em manifestar-se. Não tendo havido respostas, os serviços da câmara acabaram por assumir a responsabilidade, razão pela qual surgira aquela proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Ausentou-se da sala o senhor vereador Fernando José

4. Deliberação n.º 525/2024 – Proposta n.º 104/2024 – DAF/DICONT – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 6.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimento

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 a 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 5 abstenções, 3 do PS e 2 PPD/PSD.

Ausentou-se da sala o senhor Vereador Paulo Calado

Entrou na sala o senhor Vereador Fernando José.

5. Deliberação n.º 526/2024 – Proposta n.º 105/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Lati – Liga dos Amigos da Terceira Idade – Rua dos Salgueiros, 2I, 2J e 2K

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Ausentou-se da sala o senhor Vereador Fernando José

Entrou na sala o senhor Vereador Paulo Calado

6. Deliberação n.º 527/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DASU/GAGIP – Isenção de Taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 528/2024 – Proposta n.º 108/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação - Realização em Setúbal da Taça do Mundo de Águas Abertas

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 529/2024 – Proposta n.º 109/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro – Participação no Campeonato do Mundo de Veteranos de Xadrez

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 530/2024 – Proposta n.º 169/2024 – DURB – Abertura do procedimento de alteração ao Regulamento de Edificação e Urbanização do Município de Setúbal

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 531/2024 – Proposta n.º 170/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas relativas a obras de ampliação e legalização de obras de alteração – Proc. n.º 415/97

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Entrou na sala o senhor Vereador Fernando José

11. Deliberação n.º 532/2024 – Proposta n.º 171/2024 – DURB/DIPU – Aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal após ratificação e realização da Conferência Decisória da Reserva Ecológica Nacional do Município de Setúbal - Proc. n.º 1009C/17

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não seria justo não fazer uma referência de agradecimento a todos os serviços municipais que participaram no processo de revisão do PDM. O processo envolveu todos os departamentos do município em diversas sessões de reflexão e participação.

Agradeceu a participação de todos os que responderam ao convite para participar e contribuir no processo de revisão do PDM, todos os autarcas das Juntas de Freguesia, da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e diversas entidades mais ou menos formais, bem como os particulares e todos com quem aquele processo tinha sido construído.

Disse pretender particularizar e referenciar um agradecimento especial ao esforço e empenho dos técnicos do Departamento de Urbanismo, que estavam ali representados por alguns dos seus dirigentes, nomeadamente o engenheiro José Miguel Madeira, a arquiteta Alexandra Marques e o doutor Vasco Raminhas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse estarem perante um documento cuja revisão se arrastava já há 20 anos, apesar de compreender todas as vicissitudes do processo, no entanto, estavam num processo de revisão que se arrastava há demasiado tempo. As principais linhas do PDM já tinham sido amplamente discutidas, apreciadas e até retificadas em Conselho de Ministros, pelo que estariam a avaliar a conformação do PDM com os planos de hierarquia superior.

Quando a proposta que foi inicialmente votada em abril de 2021 alertara que a votação era extemporânea, pelo facto de anteceder a conferência decisória da REN, que era agravado pelas conhecidas desconformidades da proposta do PDM, nomeadamente com o POPNA. O tempo mais uma vez deu-lhes razão relativamente àquele aspeto.

O PDM era um instrumento de definição de estratégia municipal, estabelecendo o quadro estratégico de desenvolvimento territorial ao nível local.

Se entenderem estratégia como um conjunto de decisões de coerência integradoras que revelavam o caminho a percorrer na prossecução de objetivos de longo prazo, programando ações e definindo a prioridade na afetação de recursos, numa leitura atenta do documento de suporte do PDM, demonstrava alguma falta de coerência quanto aos objetivos definidos, aos meios elencados e aos recursos afetados.

Se concordavam no essencial com os grandes desafios estratégicos, com os grandes eixos de desenvolvimento estratégico e com os objetivos específicos, tinham grandes discordâncias quanto às opções de investimento, essencialmente no que respeitava às prioridades.

As opções de investimento demonstravam continuidade de uma visão gestão de curto prazo, em que os projetos estruturantes tinham prioridade médio-baixa, com execução prevista só a partir do ano 5 do plano.

Ao longo dos documentos do PDM, não se encontrava qualquer referência a bolsas de terrenos para construção de habitação destinada à renda acessível, a renda controlada nas suas diversas formas, apoiada a custos controlados de forma cooperativa, nem a quaisquer eventuais parcerias, nem tão pouco aos problemas governamentais para implementação do Programa Municipal de Habitação.

Relativamente às acessibilidades e à mobilidade, as vias estruturantes para o concelho, como a conclusão da circular externa de Setúbal, circular interna de Setúbal, o prolongamento da Estrada Nacional 378, que liga Sesimbra a Azeitão. Tinham prioridade baixa com a realização prevista para o final do plano e, por outro lado, estava prevista a realocização do Viaduto das Fontainhas com prioridade alta, algo que não lhes parecia ser prioritário.

Quanto ao estacionamento era referida a criação de zonas de estacionamento tarifado à superfície e subterrâneo, com o valor do investimento zero e apenas meio milhão de euros para estacionamento de rebatimento. Significava que a câmara pouco iria investir na criação de bolsas de estacionamento gratuito. Aquela foi a prática, desde que em 2021 tinha sido concessionado o estacionamento tarifado à superfície por 40 anos.

Relativamente ao ambiente e zonas verdes, estavam previstas três intervenções. O Parque Urbano da Várzea, o Parque Urbano da Quinta da Amizade e o Plano Municipal de Arborização, mas até 2025 apenas seria criada uma zona verde em Setúbal, na Quinta da Amizade e até essa parecia estar atrasada.

No que respeita ao papel da autarquia na criação de condições para um desenvolvimento económico sustentado, o Plano era muito incipiente quanto aos objetivos e ações a realizar. Aos projetos mais importantes era atribuída a prioridade média-baixa, sendo calendarizados para o ano quarto e seguintes do Plano.

Um dos quatro eixos estratégicos considerados era sobre a plataforma portuária, logística e empresarial, no entanto, não existiam ações ou investimentos previstos no Plano para dar corpo à importância do Porto de Setúbal e para promover a economia do mar.

Disse ser entendimento da sua bancada que a proposta de aumento de cérceas em certas áreas da cidade, nomeadamente na frente ribeirinha e na envolvente da Várzea, iriam redesenhar um novo perfil na frente urbana, contribuindo para uma descaracterização da imagem da cidade. Entendiam, por essa razão, que subsistiam motivos pertinentes e objetivos para não votar favoravelmente a presente proposta.

Aquele documento devia ser objeto de um conjunto de adaptações, que consideravam serem necessárias no mais curto espaço de tempo, fazendo a sua otimização e adaptação para dar cumprimento à visão política de um concelho, que apostava na eliminação de segregação social, na educação e formação dos seus munícipes, em políticas que potenciavam hábitos de vida saudáveis, que tivesse capacidade de regeneração e da atratividade, que conseguisse atrair investimento e desenvolvimento económico, que criasse emprego

qualificado e conseguisse atrair novos residentes, não numa perspetiva meramente quantitativa, mas de regeneração do próprio tecido empresarial, urbana e populacional, onde todos materializassem os seus sonhos e ambições.

Sr. Vereador José Manuel Pereira – Questionou se aquela proposta visava apenas a adequação daquilo que foi a proposta de revisão do Plano Diretor, que já tinha sido objeto de deliberação nas reuniões de câmara de 7 de abril e 11 de agosto de 2021 e posteriormente aprovada pela Assembleia Municipal.

Ao ler o texto dava a impressão de que estariam a reeditar a apresentação inicial da proposta de aprovação do PDM, era apenas para clarificar o que estariam a deliberar, se seria apenas a adequação da proposta que já tinha sido deliberada e aprovada pela Assembleia Municipal, relativamente àquilo que foi a resolução do Conselho de Ministros de 22/2024.

Questionou se estariam a aprovar novamente a versão do Plano Diretor.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que aquela clarificação era fundamental, tendo pensado que seria clara face às inúmeras reflexões que já tinham feito em reunião de câmara e não só, sobre o processo de revisão do PDM.

A proposta de revisão do PDM foi aprovada em setembro de 2021 pela Assembleia Municipal e enviada para ratificação do Conselho de Ministros. A proposta que era aprovada era a integração em resultado da ratificação ministerial, em adequação àquilo que foi a resolução do Conselho de Ministros publicada em janeiro de 2024.

Aquela proposta foi atualizada à data de janeiro de 2021. Apesar do senhor Vereador Joel Marques ter utilizado grande parte dos argumentos feitos no momento da discussão, obviamente que a proposta atualmente estaria desatualizada, porque passaram três anos e, houve uma série de investimentos e de projetos que não foram considerados e que atualmente estariam em curso, nomeadamente no que dizia respeito à habitação, havendo um investimento significativo por parte do IHRU que na altura não era claro. Disse que houve um investimento significativo por parte da câmara que resultara no conjunto daqueles dois investimentos em cerca de mil fogos e havia uma série de outros projetos que não foram considerados há três anos quando se findou o Plano Diretor Municipal.

Agradeceu as questões colocadas, mas atualmente não discutiam a proposta de planos, estando a aprovar obviamente a proposta do Plano, mas integrando aquilo que eram as orientações que resultavam da ratificação do Conselho de Ministros.

O Plano Diretor Municipal de 2021 não cumpria o POPNA, por essa razão foi remetida a ratificação do Conselho de Ministros, sendo evidente que não o poderia cumprir.

Sr. Presidente – Disse ser o culminar de um trabalho extraordinário dos técnicos da Câmara Municipal, em que todos os departamentos contribuíram, mas quem no dia a dia acompanhou aquele trabalho foram os técnicos do Departamento de Urbanismo. A partir de 2007 decidiram que a revisão do Plano Diretor Municipal seria feita através dos técnicos da Câmara Municipal e, em particular, pelo Departamento de Urbanismo, consultando sempre áreas da especialidade para dar o apoio necessário aos técnicos da Câmara Municipal.

Os trabalhadores da Câmara Municipal vestiram a camisola e apresentaram as propostas, que tiveram na maioria o apoio de muitos investidores ao longo de todos aqueles anos.

Todos sabiam o quanto significava um investimento feito em Setúbal nos últimos anos. Tinham de reconhecer o contributo que muitos investidores deram para que aquele processo chegasse àquele ponto.

A proposta aprovada na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal era uma proposta mais abrangente, com outra visão do território e do desenvolvimento, mas como a lei determinava, tiveram de submeter à ratificação do Conselho de Ministros e o resultado foi aquele que constava na proposta. Mais uma vez os técnicos da Câmara Municipal trabalharam imenso para traduzir aquilo que foi a ratificação parcial da proposta apresentada.

Nunca era demais salientar aquele trabalho e o agradecimento daquele esforço, que lhes permitia que na sessão da Assembleia Municipal, do dia 26, tivessem um documento que

pudesse viabilizar muitos projetos de muitos milhões de euros, que estavam à espera do dia em que fosse publicado o Plano Diretor Municipal, para os investimentos poderem acontecer em Setúbal.

Os dois anos em que aquele processo ficou no Conselho de Ministros foi considerado para os investidores um tempo de espera e de expectativa, para poderem ver concretizados os seus investimentos.

Por essa razão, tinham de se congratular com o facto dos investidores terem mantido a expectativa de poder investir em Setúbal, criando riqueza, criando emprego e criando desenvolvimento no concelho de Setúbal.

Ao longo de todo aquele tempo muito se passou, muito se fez, muito tinha sido viabilizado, sempre com o empenho dos técnicos e com a compreensão dos investidores.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Sr. Vereador Paulo Calado – Propôs que desde o ponto 12.º até ao 25.º da Ordem de Trabalhos fossem votados em bloco, com exceção do ponto de 24.º, a deliberação n.º 545/2024 que requeriam a sua retirada, pelas razões que já tinham invocado no período de antes da ordem do dia.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a sua bancada acompanhava a proposta do senhor Vereador Paulo Calado.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que nada tinha a opor.

Sr. Presidente – Disse que iria colocar à votação a deliberação n.º 533/2024 até à deliberação n.º 546/2024, com exceção da deliberação n.º 545/2024, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que perante a questão colocada no início da reunião e perante a breve reunião sobre o processo da DATAREDE, considerou que a proposta pudesse ser retirada e ser submetida numa próxima reunião de câmara.

Sr. Presidente – Disse que a Deliberação n.º 545/2024 seria retirada e voltaria numa próxima reunião de câmara.

12. Deliberação n.º 533/2024 – Proposta n.º 172/2024 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura - Proc. n.º 129/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 11).

13. Deliberação n.º 534/2024 – Proposta n.º 173/2024 – DURB/DIGU – Alterações às Especificações do Alvará de Loteamento n.º 10/1984 - Proc. n.º 336/82

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 11).



14. Deliberação n.º 535/2024 – Proposta n.º 174/2024 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações à Planta Síntese do Alvará de Loteamento - Proc. n.º 1108/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 11).

15. Deliberação n.º 536/2024 – Proposta n.º 175/2024 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia para loteamento habitacional - Proc. n.º 2/24

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 11).

16. Deliberação n.º 537/2024 – Proposta n.º 176/2024 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de operação urbanística com impacte relevante - Proc. n.º 41/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 11).

17. Deliberação n.º 538/2024 – Proposta n.º 177/2024 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a possibilidade de realização de operação de loteamento - Proc. n.º 49/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 11).

18. Deliberação n.º 539/2024 – Proposta n.º 178/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura - Proc. n.º 54/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 11).

19. Deliberação n.º 540/2024 – Proposta n.º 179/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de Alteração e Ampliação - Proc. n.º 29/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 11).



20. Deliberação n.º 541/2024 – Proposta n.º 180/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de Alteração e Ampliação - Proc. n.º 35/24

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 11).

21. Deliberação n.º 542/2024 – Proposta n.º 181/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de edifício habitacional - Proc. n.º 115/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 11).

22. Deliberação n.º 543/2024 – Proposta n.º 182/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de edifício habitacional - Proc. n.º 342/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 11).

23. Deliberação n.º 544/2024 – Proposta n.º 183/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “paragem e estacionamento proibidos”, na Rua Cláudio Lagrange

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 63 a 65 (ver ponto 11).

24. Deliberação n.º 545/2024 – Proposta n.º 184/2024 – DURB/DIMOT – Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal – RETIRADA

A proposta foi retirada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 546/2024 – Proposta n.º 185/2024 – DURB/DIF – Ocupação ilícita de espaço público

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 11).

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. César – Disse que há 53 anos que vinha a pesquisar sobre saúde ligado à alimentação vegetariana e vegan, visitando vários países e participando em vários congressos. Em 1997

escreveu o livro “Alimentação Vegan, a Dieta do Terceiro Milénio”. Disse estar em busca de parceria para poder reeditar o referido livro. Disse ter um canal no YouTube chamado “Vegan Conexão Global”, tendo como objetivo passar a informação relacionada com a saúde e bem-estar. No dia 3 de outubro iria fazer uma palestra na Biblioteca Municipal de Setúbal. Convidou os presentes para poderem participar. Disse que conhecimento era poder, quanto mais se conhecia o seu corpo maior teria a sua vida independente de médico e de remédios. Disse ser muito importante como o nosso corpo funcionava. A sua palestra seria orientada no tipo de alimentos que se devem comer, a sua reação no plano físico, mental e emocional, tendo como objetivo levar uma vida mais tranquila e relaxada, porque a vida era curta, tinha que ser aproveitada o melhor possível.

Disse que Setúbal era uma região que tinha uma vocação não só turística, parte industrial, mas também agrícola, na realidade era uma região que somava várias coisas. Disse ter como objetivo em criar um evento nacional e internacional sobre alimentação e passar a informação nas escolas e universidades, para melhorar a qualidade de vida.

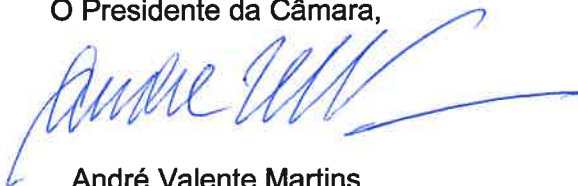
Sr. Presidente – Agradeceu a presença do senhor César, por falar do seu projeto e da sua iniciativa. Certamente que os senhores vereadores tomaram nota, da possibilidade de acompanhar aquele tipo de trabalho que era sempre em benefício do bem de todos. Desejou o maior êxito nos seus objetivos.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

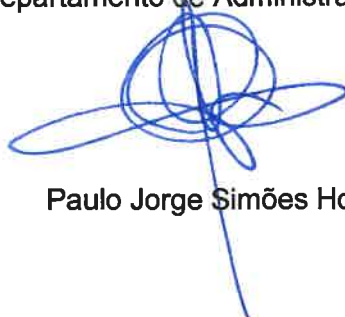
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 29 de janeiro de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 38 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio

